



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

Relatório de Estágio

[Internship Report]

2C Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

Madalena Bernardino Antunes

Orientadora: Doutora Cláudia Ramos

Porto, junho de 2024

Madalena Bernardino Antunes

RELATÓRIO DE ESTÁGIO
2C Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

Assinatura da/o discente

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento, sob a orientação da Professora Cláudia Ramos.

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2024

Centro Comunitário São Cirilo - Porto, Portugal, 2024

Agradecimentos

Este mestrado, assim como este estágio, foi sem dúvida algo muito diferente e desafiante na minha vida.

Primeiramente, agradeço a toda a minha família (pais, irmãs, avós, tios, primos) por acreditarem em mim e me incentivarem sempre a ser e fazer melhor. No entanto, seria injusto não realçar a importância dos meus pais em todo este percurso. A eles, fica um agradecimento especial por lutarem por mim, confiarem em mim e por tornarem este mestrado possível.

Agradeço também aos meus amigos, “aos de sempre”, pois mesmo sem saberem, representaram conforto, casa e a distração necessária nos momentos de mais aperto.

Não posso deixar de mencionar, as novas amizades que fiz, “as amigas do Porto”, que fizeram com que esta cidade ganhasse um brilho ainda mais bonito.

Às minhas colegas de casa, um eterno obrigada, por todos os incentivos, também tiveram um grande papel para que tudo isto fosse possível e, sem dúvida, mais leve.

Quero também agradecer à minha Professora e Orientadora, Cláudia Ramos, que foi incansável, compreensiva, e que tanto me ensinou. Agradeço-lhe por todo o interesse que demonstrou em ajudar-me e toda a disponibilidade. Sem dúvida que é por professoras como ela, que contribuíram para a minha vontade em continuar os estudos.

E por fim, agradeço ao Centro Comunitário São Cirilo por me ter recebido de braços abertos, a toda a equipa técnica e restantes profissionais que contribuíram para que a minha experiência fosse para além de incrível. Em especial, um obrigada do tamanho do mundo, à Dra. Maria Cabral Campello, pela excelente profissional que é, que me ajudou a adquirir competências e me ensinou formas de trabalhar que, com certeza, vou levar para a vida.

Resumo:

Este relatório detalha um estágio curricular centrado na problemática da imigração. Começa pela introdução contextualizando a relevância global das questões migratórias em relação com o estágio curricular.

O contexto do estágio curricular, de seguida, faz um maior aprofundamento no enquadramento teórico da problemática.

O estágio foi realizado no Centro Comunitário São Cirilo e posteriormente são descritos todos os serviços que este oferece, a sua visão, missão e valores.

Durante o estágio, foram realizadas várias atividades práticas e de observação: atendimentos a imigrantes, formações, participação em reuniões com utentes ou reuniões internas, momentos culturais, entre outros que estão descritos no capítulo destinado às Atividades e a sua Relevância. Posteriormente foi realizada uma Análise dos Conceitos e Práticas aprendidas durante o todo o estágio.

Além das atividades práticas, realizou-se um estudo documental, intitulado *“Imigração em Portugal: expectativas e realidades – análise de casos”*, onde através de casos do CSCC foi possível analisar as motivações de vinda para Portugal e o modo como vivem a sua realidade no país.

Esta etapa proporcionou uma experiência enriquecedora, ampliando a compreensão sobre a complexidade da imigração e os desafios enfrentados por imigrantes. As atividades realizadas permitiram um contacto mais direto com as realidades vividas pelo público-alvo, enquanto o estudo documental ofereceu uma base empírica-teórica para entender a realidade vivida. Este conhecimento integrado é essencial para desenvolver estratégias de apoio e integração para imigrantes.

Palavras-Chave: migração, estágio, imigração, integração de imigrantes

Abstract:

This report details a curricular internship focused on immigration issues. The introduction begins by contextualizing the global relevance of migration issues in relation to the internship.

The context of the internship then delves deeper into the theoretical framework of the problem.

The internship was carried out at the São Cirilo Community Center. All the services it offers, its vision, mission and values are described in the report.

During the internship, various practical and observation activities were carried out: assistance to immigrants, training, participation in meetings with users or internal meetings, cultural moments, among others, which are described in the chapter on Activities and their Relevance. Subsequently, an Analysis of the Concepts and Practices learnt throughout the internship was carried out.

In addition to the practical activities, a documental study was carried out entitled "Immigration in Portugal: expectations and realities - analysis of cases", in which it was possible to analyze immigrants' motivations for coming to Portugal and the way in which they live their reality once in the country.

This stage provided an enriching experience, broadening the understanding of the complexity of immigration and the challenges faced by immigrants. The activities carried out allowed for more direct contact with the realities experienced by the target audience, while the documental study provided an empirical-theoretical basis for understanding the lived reality. This integrated knowledge is essential for developing support and integration strategies for immigrants.

Keywords: migration, internship, immigration, immigrant integration

Índice

Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de Tabelas.....	viii
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	ix
Introdução	1
1. Contexto do Estágio Curricular e Descrição da Entidade Acolhedora	3
1.1.Contexto do Estágio Curricular: Migrações e Refugiados	3
1.2.Identificação da Entidade Acolhedora: o Centro Comunitário São Cirilo.....	7
1.2.1. Estrutura Organizacional	8
1.2.2. Gabinetes de Atendimento	9
2. Atividades Realizadas e a sua Relevância	14
2.1. Acompanhamento de Atividades Diárias	14
2.2. Participação em Formações e Fórum.....	16
2.3. Atividades com o Público-Alvo	17
3.Análise dos Conceitos e Práticas	21
3.1.Processo de legalização de migrantes em Portugal.....	22
3.2.Integração Social de Migrantes.....	25
4.Imigração em Portugal: Expetativas e Realidades – Análise de Casos	29
4.1. Portugal como País de Destino: Caraterização	30
4.2. A Realidade dos Imigrantes em Portugal	32
4.3. Análise e Interpretação de Casos do CCSC	35
4.4. Considerações Finais	42
Conclusão.....	45
Bibliografia	46
Anexo A. Cartaz do Concurso de Talentos.	53

Anexo B. Decoração do Concurso de Talentos.....	54
Anexo C. Prémios do Concurso de Talentos	54
Anexo D. Autorização para Recolha de Dados.....	55

Índice de Tabelas

Figura 1: Direção do CCSC.....	8
Figura 2: Conselho Fiscal.....	8
Figura 3: Planificação da Atividade “Got Talent”	19
Figura 4. Indicadores de qualidade de vida em Portugal.....	30
Figura 5. Distribuição dos Titulares por Género e Idade.....	35
Figura 6. Distribuição por País de Origem	36
Figura 7. Distribuição por Estado Civil.....	36
Figura 8. Relação entre o Tipo de Habitação e o Tamanho do Agregado	37
Figura 9. Motivos de Vinda para Portugal.....	38
Figura 10. Retaguarda/Apoio	39
Figura 11. Trabalhos no País de Origem	40
Figura 12. Expetativas de Trabalhos em Portugal	41
Figura 13. Habilitações Literárias	41

Lista de Siglas e Abreviaturas

AR – Autorização de Residência

AS – Assistente Social

CCSC – Centro Comunitário São Cirilo

CNAIM – Centro Internacional de Apoio a Integração de Migrantes

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

MI – Manifestação de Interesse

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

SAC – Serviço de Apoio em Cabaz

SAT – Serviço de Alojamento Temporário

SAR – Serviço de Apoio em Refeição

Introdução

O presente relatório enquadra-se no âmbito da Unidade Curricular “Trabalho de Projeto ou Estágio”, pertencente ao último ano do Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento da Universidade Fernando Pessoa, no Porto.

O estágio curricular realizou-se no Centro Comunitário São Cirilo (CCSC). Iniciou-se a 27/09/2023 e terminou a 12/01/2024, tendo durado um total de 358 horas. Durante este período de estágio curricular, todo o trabalho foi acompanhado pela Professora Cláudia Ramos, enquanto supervisora académica e também pela Dra. Maria Cabral Campello, como orientadora na entidade acolhedora.

O trabalho desenvolvido no CCSC era no seu todo desconhecido para a estagiária. O facto de a instituição trabalhar na área da migração e refugiados, com a qual a estagiária ainda não tinha tido oportunidade de estabelecer contacto e de ser essa uma área de grande interesse para a mesma, foi a principal razão para ter optado por esse local de estágio. Assim, foi estabelecido contacto pela própria com o CCSC, para manifestar o interesse em realizar o estágio, o que foi aceite e colocado em prática. O objetivo geral do estágio, neste campo, consistiu na observação participativa e no desenvolvimento das atividades regulares do Centro, de forma a promover um crescimento profissional adequado. Foi possível consolidar e ampliar conhecimentos, mas também articular as componentes prática e teórica através do contacto direto com diferentes realidades e, por fim, ensaiar a operacionalização de respostas às necessidades da população-alvo.

Relativamente à estrutura do presente relatório de estágio, primeiramente apresenta-se o contexto do estágio curricular, fazendo-se um enquadramento teórico sobre o tema na sua generalidade, e depois procede-se à descrição da entidade de acolhimento no seu todo. O segundo ponto regista todas as atividades e procedimentos que a estagiária realizou no CSCC. No terceiro ponto, faz-se a análise de práticas e conceitos, refletindo-se sobre os procedimentos sociais e legais relativos aos migrantes. O quarto ponto contém um estudo académico, seguindo o guião da estrutura de relatório proposta no âmbito do Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento. Este estudo analisa expectativas e realidades de migrantes vindos para Portugal, a partir dos registos documentais do CCSC. Por fim, na Conclusão, faz-se uma breve reflexão sobre o estágio

curricular na sua generalidade e sobre as conclusões do referido estudo académico realizado nesse contexto.

1. Contexto do Estágio Curricular e Descrição da Entidade Acolhedora

1.1. Contexto do Estágio Curricular: Migrações e Refugiados

Este estágio curricular insere-se no tema das migrações e refugiados, sendo esse o público-alvo primordial do CCSC e tendo, por isso, sido esse o âmbito do estágio. Importa, pois, explicar os conceitos de fundo que norteiam as abordagens a tal problemática.

Os termos refugiado e migrante são muitas vezes confundidos, tanto nos discursos dos media como pela população em geral, o que pode gerar problemas para todas as partes. Procurar-se-á esclarecer a definição de base de cada um dos termos.

Pelo termo refugiado, segundo o artigo 1º da Convenção relativa ao Estatuto de Refugiados de 1951 (ACNUR, s.d. p.2), entende-se:

Qualquer pessoa (...) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. No caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão "do país de sua nacionalidade" refere-se a cada um dos países dos quais ela é nacional. Uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade.

Em 2023, o número de refugiados ultrapassou os 144 milhões mundialmente, tendo o número de chegadas de refugiados a outras regiões do globo aumentado drasticamente. A velocidade com que estes números têm subido tem acrescido à dificuldade para que existam respostas suficientes e soluções adequadas para a população deslocada (ACNUR, 2023).

Os principais motivos de deslocações forçadas, no primeiro semestre de 2023, foram a Guerra da Ucrânia e conflitos no Sudão, República Democrática do Congo e Mianmar, assim como as inundações, secas e insegurança na Somália e a crise do Afeganistão. Mais recentemente, o grande foco está na catástrofe humanitária em Gaza (ACNUR, 2023).

Contando já 12 anos de guerra, a Síria continua a ter a maior crise de refugiados a nível internacional, estimando-se que 6,8 milhões de sírios tenham sido forçados a sair desde

2011 e que outros 6,8 milhões de pessoas continuam deslocados internamente (International Rescue Committee, 2023).

A Guerra na Ucrânia criou a deslocação mais acelerada de pessoas na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros momentos, cerca de 200 mil refugiados por dia cruzaram fronteiras (International Rescue Committee, 2023).

Desde a mudança política no Afeganistão, a necessidade humanitária disparou, tornando-se o maior pedido de ajuda humanitária a nível internacional. Cerca de 3,4 milhões de pessoas ter-se-ão deslocado internamente; estando este país a enfrentar a maior seca dos últimos anos, prevê-se que estes números se agravem (International Rescue Committee, 2023).

Na maioria das vezes, as pessoas requerentes de asilo já tentaram anteriormente encontrar segurança em países vizinhos, mas acabaram por deparar-se com situações iguais ou piores que aquelas de que fugiram (International Rescue Committee, 2023).

Por sua vez, pode entender-se por migrante, segundo a Organização Internacional para as Migrações:

(...) qualquer pessoa que se mude ou se desloque através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado longe do seu local habitual de residência, independentemente do estatuto legal da pessoa; do movimento ser voluntário ou involuntário; das causas do movimento; ou da duração da estadia.” (Nações Unidas, 2023).

Os migrantes, na sua maioria, deslocam-se do seu país na busca de melhores condições de vida, de trabalho ou educação, entre outras. Ao contrário dos refugiados, os migrantes podem regressar ao seu país de origem e continuam a receber proteção do seu governo. Cada vez mais, o número de migrantes e refugiados tem aumentado, ao longo dos anos, devido à necessidade de fugir de conflitos, perseguições, da pobreza, e também da escassez de emprego no país de origem, em busca de melhores condições de vida (Nações Unidas, s.d.). Uma grande parte da população percebe que a oportunidade de conseguir escolher o seu local de habitação pode ser algo fulcral para conseguir melhores condições de vida. À medida que a mobilidade geográfica aumentou, também a emigração aumentou: a população que vive fora do seu país de origem aumentou de 75 milhões em 1975 para 150 milhões em 2000, chegando aos 214 milhões em 2010; e estima-se que em 2050, 405 milhões de pessoas terão emigrado (Hendriks, 2015).

A migração não se distribui de forma igual pelas regiões do mundo. A Europa é a região onde existe mais emigração, onde cerca de 8,4% da população vive fora do seu país de

origem, seguida da América Latina com 5,9%, depois África com 2,9%, a Oceânia com 2,6%, a Ásia com 2,4 % e a América do Norte com 2,1% (Hofmann et al., 2020). Em termos absolutos, o maior número de emigrantes provém da Ásia, seguido da Europa, América Latina, África, América do Norte e Oceânia. A previsão é que esta tendência se mantenha nos próximos anos, resultado do desenvolvimento socioeconómico, sendo muito provável que a migração internacional cresça ainda mais no futuro, seguindo padrões bastante semelhantes aos do passado (Hofmann et al., 2020).

Existem vários fatores que motivam a migração, sendo um deles a demografia, existindo um grande envelhecimento e declínio demográfico em muitos países do Norte Global, o que faz com que, por exemplo, exista a necessidade de familiares de idosos apoiarem economicamente quem está dependente no país de origem, sendo essa uma das grandes motivações para a migração (Hofmann et al., 2020).

A urbanização pode ser considerada outro fator que motiva o aumento da migração, ou seja, a migração internacional tem uma conexão com a dimensão interna muito importante, pois a população que se desloca entre Estados, em certa parte, foi quem anteriormente já se deslocou internamente. A experiência anterior de mobilidade e de ter construído uma nova vida faz com que tenham a noção de que se conseguirão adaptar mais facilmente num contexto de mudança de país (Hofmann et al., 2020).

Antes de ter existido a industrialização da agricultura, grande parte da população vivia em zonas rurais, sendo que o emprego provinha de trabalhos relacionados com a agricultura, mas o desenvolvimento veio mudar isso, pois as máquinas vieram substituir muitos postos de trabalho. Durante o período de transição, para as sociedades e economia, tornou-se complicado criar recursos suficientes para as necessidades e expectativas dos jovens existentes, o que fez com que grande parte dos jovens se comesse a deslocar para as cidades do seu país, ou para o estrangeiro (Hofmann et al., 2020).

Mais tarde, a revolução da tecnologia, dos transportes e da comunicação tornou mais provável o aumento da mobilidade e da migração internacional, visto que através do digital é possível conhecer novas realidades e trocar informação em segundos, é uma nova comunidade que, ainda no seu país de origem, consegue perceber onde poderá ter oportunidades mais promissoras (Hofmann et al., 2020).

Os fatores ambientais e as alterações climáticas não são causas únicas de deslocação e migração, mas têm que ser considerados. Este motivo ocorre em conjunto com outros

fatores como a exclusão social, a pobreza, a desigualdade, entre outros; no entanto, a migração por estes motivos tem aumentado e prevê-se que no futuro aumente ainda mais (Hofmann et al., 2020).

Portugal, até ao final do século XX, foi muito marcado pela emigração. Portugal apresentou saldos migratórios negativos até meados da década de 1970, voltando a essa tendência entre 1982 e 1992, e voltando a repetir-se em 2011. Isto significa que durante este período saíram de Portugal mais pessoas do que entraram (Reis Oliveira & Gomes, 2014).

O período de emergência de imigração surge depois do dia 25 de abril de 1974, estando relacionado com a descolonização, a mudança da lei da nacionalidade e com o movimento de retorno de portugueses que estavam nas ex-colónias. É na década de 1990 que passa a existir um saldo migratório positivo estável, passando a haver uma diversificação do fluxo migratório (Reis Oliveira & Gomes, 2014).

A partir de 2010, estando relacionado o saldo natural negativo de Portugal com a descida do saldo migratório e, em conjunto com outros fatores reforçou-se o envelhecimento demográfico (Reis Oliveira & Gomes, 2014).

Mais recentemente, Portugal é o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção à população residente. Mais de 20% dos portugueses vive fora do seu país, superando os dois milhões. O Reino Unido é o país para onde emigram mais portugueses, seguindo-se a Suíça, França e Alemanha. Fora da Europa, os principais países são Angola, Moçambique e o Brasil (ACM, s.d.).

Em Portugal, em 2022, havia 782 mil estrangeiros residentes e 8% dos residentes no país eram estrangeiros, sendo que as principais nacionalidades dos imigrantes eram primeiramente o Brasil, Reino Unido, Cabo Verde, Índia e por fim, Itália (Monteiro & Reis Oliveira, 2024).

Desde 2003, Portugal regista uma evolução positiva relativamente às políticas e práticas de acolhimento e integração de imigrantes, através de intervenções do Estado a nível nacional, assim como das autarquias, das organizações da sociedade civil e das comunidades de imigrantes.

Existem várias estratégias, construídas por variados atores e entidades, nomeadamente os Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes (ACM, s.d.) e, mais recentemente, o

Plano Estratégico para as Migrações, 2015-20 (ACM, s.d.). Há também os Planos Municipais para a Integração de Migrantes (ACM, s.d.), sendo documentos que incorporam estratégias de atuação das diferentes entidades que atuam na área das migrações a nível local e que trabalham para que o processo de integração de imigrantes se concretize de forma positiva. Neste contexto, o Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (ACM, s.d.), é uma ferramenta de apoio à caracterização e acompanhamento das políticas locais de acolhimento e integração dos imigrantes, funcionando através de um inquérito por questionário que cobre todas as áreas do processo de integração de imigrantes em Portugal. Também se registam as Práticas Inspiradoras de âmbito local (ACM, s.d.), ou seja, recursos que resultam de intervenções desenvolvidas através de entidades públicas e privadas que trabalham localmente na área de acolhimento e integração de imigrantes. A Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (ACM, s.d.) é pioneira na conceção, implementação e avaliação de políticas locais estruturantes e sustentáveis, baseada em planos municipais para integração e acolhimento de migrantes a nível local, e assenta no diagnóstico das necessidades reais deste público-alvo. Existem ainda várias ferramentas para a sustentabilidade de Políticas Locais (ACM, s.d.). Sendo este o quadro, importa, no entanto, perceber o papel de entidades não governamentais, cuja presença nesta área de atuação é bem visível, como é o caso do Centro Comunitário São Cirilo.

1.2. Identificação da Entidade Acolhedora: o Centro Comunitário São Cirilo

O estágio curricular inseriu-se no Centro Comunitário São Cirilo (CCSC), situado na Rua Barão Forrester, uma instituição que pertence à Província da Companhia de Jesus (Jesuítas). Direciona a sua ação, maioritariamente, para a resposta a migrantes e refugiados, apoiando também nacionais em situação de fragilidade social.

O projeto São Cirilo teve início no ano de 2002, quando muitos imigrantes vindos do Leste chegaram a Portugal à procura de melhores condições de vida. Assim, deparando-se com algumas dificuldades quando chegavam a Portugal, como o desemprego ou falta de retaguarda a nível económico, era muito comum esses migrantes pedirem auxílio aos Jesuítas, na Rua Nossa Senhora de Fátima, no Porto. Perante esta necessidade, o Padre António Vaz Pinto idealizou o Centro Comunitário São Cirilo, com o principal objetivo de apoiar e integrar os migrantes (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.a).

Em 2010 deu-se a inauguração do Centro, quando a crise económica começava também a afetar Portugal, e assim os migrantes recém-chegados diminuíram, enquanto aumentava o número de cidadãos nacionais que perdiam o seu emprego e voltavam a precisar de ajuda. Foi então que o Centro decidiu alargar a sua ação, passando também a apoiar nacionais em situação de fragilidade social, sempre com o objetivo principal da reintegração social (Centro Comunitário São Cirilo s.d.a).

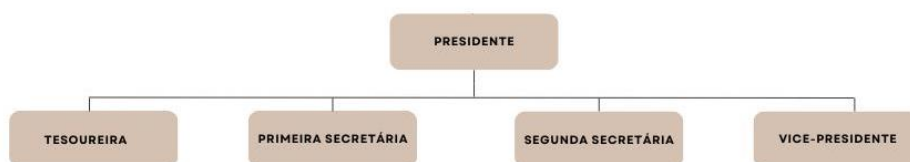
Atualmente, o Centro é uma comunidade de inserção que trabalha para apoiar e capacitar migrantes e nacionais que estão numa fase temporária de fragilidade social. Foca-se na capacitação para a autonomia de pessoas em idade ativa, promovendo a sua integração através de um projeto de vida (Centro Comunitário São Cirilo s.d.b).

1.2.1. Estrutura Organizacional

O CCSC é uma Fundação que pertence à Província Portuguesa da Companhia de Jesus, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, de utilidade pública. Por isso, os Corpos Sociais pertencentes estão descritos abaixo.

A **Direção** é composta por:

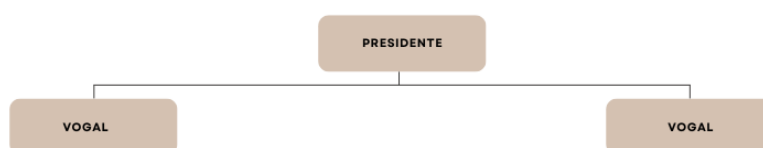
Figura 1: Direção do CCSC



Fonte: Elaboração própria a partir de Centro Comunitário São Cirilo (s.d.c).

Há ainda um **Conselho Fiscal**, contendo:

Figura 2: Conselho Fiscal



Fonte: Elaboração própria a partir de Centro Comunitário São Cirilo (s.d.c).

Existe também um Conselho de Curadores, composto por vários membros com uma função consultiva (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.c).

A **Equipa Técnica** do Centro é composta por doze profissionais, tendo cada um diferentes áreas de formação, o que permite que trabalhem de forma multidisciplinar. Há ainda uma Diretora Técnica, que é quem realiza a ligação entre a Direção e a Equipa Técnica. (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.d)

1.2.2. Gabinetes de Atendimento

O CCSC dispõe de vários Gabinetes de Atendimento, que são gratuitos e funcionam através de marcação. São geridos pela Equipa Técnica, que articula com os serviços públicos (por exemplo, a Segurança Social, CNAIM, Finanças, entre outros), tendo como objetivo apoiar e informar os utentes (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.e). Os utentes podem ser pessoas afetadas às respostas sociais, sendo acompanhadas com regularidade, mas também pessoas que procurem o Centro apenas para atendimentos pontuais e que não têm um acompanhamento tão regular e próximo. Os referidos gabinetes são os seguintes:

O **Gabinete de Apoio Social** para além de gerir o Serviço de Apoio em Cabaz Alimentar, assim como, faz a gestão do projeto de vida dos agregados/utentes acompanhados em SAC, também é responsável por gerir a cozinha e todas as questões relativas à limpeza; pelo armazenamento dos produtos de higiene pessoal ou brinquedos que são doados ao Centro; pela implementação do Sistema HACCP referente a Análise e Controlo de Pontos Críticos. Para além disto, presta apoio em atendimentos com indivíduos, através de esclarecimento de dúvidas sociais, promoção do acesso à saúde e de apoio psicossocial.

O **Gabinete de Apoio Psicológico** gere duas respostas sociais, o Serviço de Alojamento Temporário e o Serviço de Apoio em Refeição, assim como, é responsável por gerir o projeto de vida de cada utente ou agregado que seja acompanhado nestes apoios. Realiza consultas de apoio psicológico a utentes do Apoio do Serviço em Cabaz, de Alojamento e de Refeição.

O **Gabinete de Animação e Voluntariado** dinamiza todas as atividades e aulas do Centro, podendo ser: aulas de português, inglês, yoga, manualidades, entre outras (Centro

Comunitário São Cirilo, s.d.f). Outra função afeta a este gabinete é a gestão da rede de voluntariado do Centro.

O **Gabinete de Apoio Jurídico** realiza atendimentos aos utentes de apoio em cabaz, refeição e de alojamento, mas também a utentes de “quarto” público, ou seja, indivíduos que queiram apenas ter atendimentos pontuais para esclarecer dúvidas jurídicas e que não estejam inscritos em nenhum apoio.

O **Gabinete de Emprego** também realiza atendimentos para utentes que estejam afetos aos apoios, assim como a utentes que pretendam ter atendimentos pontuais. Tendo como objetivo ajudar com todas as questões relativas à empregabilidade.

O **Gabinete Médico** realiza consultas para todos os utentes que estejam afetos a apoios e também a utentes de quarto público que necessitem de ter consultas pontuais, podendo também facultar medicação que esteja disponível de forma gratuita, consoante a situação.

O Centro garante diferentes tipos de respostas sociais, sendo elas (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.e):

- SAT – Serviço de Alojamento Temporário;
- SAR – Serviço de Apoio em Refeições;
- SAC – Serviço de Apoio em Cabaz;
- Serviços de Proximidade (Balneários, Banco de Roupa e Barbeiro);
- Atividades, formações e eventos.

Para ser aceite nos três principais serviços de resposta (SAT, SAR e SAC), existem alguns critérios de entrada que são comuns a todos os serviços:

- Não consumo de substâncias psicotrópicas e bebidas alcoólicas;
- Ter uma capitação inferior a cinco, ou seja, cada elemento do agregado ter menos de cinco euros por dia para gastar, tendo em conta os seus rendimentos e despesas mensalmente;
- Disponibilidade para arranjar emprego;

Dentro das várias respostas sociais, há gabinetes que se responsabilizam pela gestão de cada apoio, sendo que todos trabalham em conjunto.

Todos os utentes afetos aos serviços de apoio têm à sua disposição todos os gabinetes, apoio psicossocial, jurídico e na procura de emprego, diversidade de aulas, ações de formação, promoção do acesso à saúde e ao retorno voluntário e oportunidades para enriquecimento pessoal e cultural durante toda a duração do apoio. Descrevem-se abaixo, em maior detalhe, os serviços disponíveis.

O **Serviço de Alojamento Temporário** tem como principal objetivo oferecer resposta a necessidades básicas, proporcionando um alojamento temporário a cidadãos, famílias, migrantes e nacionais que se encontrem em situação de fragilidade social (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.g).

Esta resposta engloba um conjunto de serviços que estão à disposição do utente como: alojamento em quartos partilhados, refeições diárias, lavagem e tratamento de roupas de casa e pessoais, condições para realizar a higiene pessoal.

Para se entrar neste serviço de resposta, é feita uma entrevista com a psicóloga responsável pelo Gabinete de Apoio Psicológico, em conjunto com a responsável pelo Gabinete de Apoio ao Emprego, com perguntas que reúnam o máximo de informação necessária sobre o utente em questão e sobre a sua disponibilidade para emprego. Depois da entrevista, existe uma avaliação por parte das duas responsáveis e o pedido é apresentado à Diretora Técnica, que tem a decisão final.

Caso o utente seja aceite neste serviço tem também de cumprir com o ‘projeto de vida’, desenhado pelo utente e pelos dois profissionais (do Gabinete de Emprego e do Gabinete de Apoio Psicológico). Para além disto, também tem de cumprir com todas as regras do Centro, assim como realizar várias tarefas diárias (limpeza de vários espaços, limpeza da loiça utilizada nas refeições, entre outros). Através do projeto de vida, é esperada a reintegração social e profissional do utente (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.d).

O **Serviço de Apoio em Refeição** garante a quem seja aceite neste apoio as refeições, sendo estas o almoço e o jantar no Centro. Compreende, tal como nos outros apoios, um projeto de vida e os utentes têm à sua disposição todos os gabinetes. Também é realizada uma entrevista prévia e existe uma avaliação, primeiramente por parte dos técnicos e depois pela Diretora Técnica, para perceber se é possível aceitar ou não o utente neste serviço (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.h).

O **Serviço de Apoio em Cabaz**, pretende atenuar as necessidades básicas da alimentação, proporcionando um cabaz de alimentos semanalmente. Tal como nos apoios acima referidos, compreende um projeto de vida, para a reintegração profissional e social da pessoa ou família em causa (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.i).

Para entrar neste serviço é necessária uma entrevista com marcação prévia, com o Gabinete de Apoio Social. Neste primeiro atendimento são feitas questões para se realizar uma avaliação socioeconómica do utente ou agregado em questão, fazendo-se perguntas sobre as suas despesas assim como sobre os rendimentos, sobre a sua história de vida, se existe algum tipo de retaguarda económica, entre outras questões necessárias para perceber se cumpre ou não critérios para entrar neste apoio.

Caso o Gabinete Social confira que o utente cumpre todos os critérios, o mesmo passa para uma entrevista com a responsável do Gabinete de Emprego para perceber a disponibilidade para emprego do utente. Depois da situação ser avaliada pelas duas profissionais, o caso é apresentado à Diretora Técnica, que tem sempre a decisão final, quanto à aceitação dos casos.

Caso seja aceite, é feita uma visita domiciliária, para perceber se existem condições para que os alimentos sejam bem utilizados, sendo também o momento em que se explicam todas as regras e detalhes deste apoio. É de extrema importância que o utente perceba que a comunicação é fulcral para que tudo corra de forma positiva neste serviço, sendo que é uma das regras, pois caso o utente não consiga ir buscar o cabaz no dia estipulado ou falte a um atendimento, sem que avise previamente, o cabaz fica suspenso durante uma semana, caso dê duas faltas sem justificação. É também obrigatório que o utente avise a Assistente Social caso algo mude, em relação à habitação, emprego, ou outro aspeto que esteja relacionado com a vida social e profissional do utente, tudo isto para que a intervenção consiga ser a melhor possível. Todas as regras deste apoio estão explicadas no acordo de admissão, que tanto o utente como a técnica responsável assinam numa fase inicial).

O cabaz de alimentos é fornecido através de doações do Banco Alimentar e de supermercados. Tem sempre uma composição mínima, ou seja, algo que vem sempre no cabaz, tendo em conta o tamanho do agregado; os alimentos adicionais dependem das doações que são feitas nesse dia.

Neste serviço, o Centro organiza-se da seguinte forma: existe um número determinado e identificado de agregados familiares, para recolher o cabaz em cada dia da semana. A partir do momento em que o utente é aceite no serviço de Apoio em Cabaz, é informado de qual é o seu dia para o vir recolher.

Quando o utente dá entrada, existe uma série de procedimentos a realizar para o integrar neste serviço, seja na inserção de dados a nível interno (na base de dados do CCSC), seja para informar toda a equipa da nova entrada.

A partir do momento em que exista estabilidade económica por parte do agregado/utente, o que usualmente acontece quando o(s) utente(s) em questão consegue(m) um emprego fixo e estável, está estipulado que, passado dois meses, o utente autonomiza-se e o apoio termina. No entanto, o Centro continua sempre disponível para que frequentem os restantes gabinetes, aulas, atividades ou formações.

No último dia de levantamento do cabaz, o Gabinete Social entrega ao utente o acordo de saída para assinar e a avaliação, para que a preencha tendo em conta a sua opinião sobre este apoio e o centro na sua generalidade. Internamente, é feito o processo simétrico da admissão, sendo todos os dados arquivados. Passado algum tempo do término do apoio, é feito o *follow-up*, para saber como se encontra o agregado/utente, passados alguns meses do término do apoio.

O Centro tem ainda alguns **Serviços de Proximidade**, como o **Banco de Roupas**, sendo um local onde estão várias doações de roupas individuais, roupas de cama, entre outras e funciona através de marcação prévia, sendo gerido por alguns dos voluntários; a utilização de **Balneários** femininos e masculinos, para qualquer pessoa em necessidade, funcionando todas as manhãs consoante hora de chegada, com disponibilização de produtos de higiene e toalhas; e o **Barbeiro**, serviço que está disponível consoante marcação, para qualquer pessoa, para cortes de cabelo e barba (Centro Comunitário São Cirilo, s.d.j)

2. Atividades Realizadas e a sua Relevância

2.1. Acompanhamento de Atividades Diárias

Durante o estágio curricular, a estagiária acompanhou maioritariamente as atividades da assistente social do CCSC no Gabinete Social. No entanto, numa fase inicial, acompanhou durante curtos períodos também os outros gabinetes, para ter a noção de como o Centro funcionava na sua generalidade, tendo acompanhado em vários atendimentos com utentes o Gabinete Jurídico, o Gabinete de Emprego e o Gabinete de Psicologia. Com o Gabinete de Animação e Voluntariado, participou na elaboração de decoração para a Festa de Natal, feita com os utentes de SAT, com a supervisão e orientação da responsável deste Gabinete.

Ao longo de todo o estágio, também foi participando em várias atividades, realizadas no Centro, em geral as que fossem mais relevantes para a aprendizagem e aquisição de novos conhecimentos.

No Gabinete Social, com a Assistente Social (AS), a estagiária acompanhou as primeiras entrevistas para a integração no Serviço de Apoio em Cabaz (SAC), estando apenas em observação.

Depois de ter observado durante um período a AS, realizou também várias chamadas via telefone: para informar os utentes que eram aceites no apoio, assim como os que não eram aceites; também contactou utentes já integrados no apoio, para os questionar sobre a sua situação atual e para esclarecer dúvidas sociais, que surgiam ao longo de todo o acompanhamento. Acompanhou a AS na realização de visitas domiciliárias: deslocações a casa de cada utente para verificar as condições da habitação e para verificar se era possível o armazenamento e boa utilização dos alimentos doados no cabaz.

Depois de um utente entrar no SAC era necessário fazer a integração na base de dados do CCSC, assim como noutros documentos internos. A estagiária aprendeu a realizar essas mesmas integrações, quando existiam novas entradas no SAC, bem como a utilizar toda a base de dados do Centro.

Durante um período de 15 dias a estagiária esteve a substituir a AS, enquanto a mesma estava de licença, tendo-lhe sido facultada uma lista para cumprir atividades diárias, tendo em conta as aprendizagens já antes retidas:

- Fazer um relatório diário;
- Verificação diária do email;
- Marcação dos cabazes diariamente, verificando se todos os agregados o levantaram no seu dia.
- Verificação/arrumação sempre que possível da zona dos cabazes.
- Elaboração da ementa semanal em conjunto com a responsável pela cozinha e afixação depois de feita;
- Ligar aos agregados familiares para remarcar os cabazes, quando fosse feriado nessa semana;
- Formular uma lista de presentes de Natal necessários para CSCC tendo em conta o número de crianças atualmente acompanhadas, pois foi requerido por uma instituição para realizar uma doação;
- Trocar a lista de presenças mensal dos voluntários da montagem de cabazes;
- Convocar os Utentes para Formações;
- Registrar todas as diligências que ocorreram com os utentes acompanhados em SAC na base de dados.

Ainda existiu a participação da estagiária em várias reuniões, como é o caso da reunião com o nome “Bate-Bola”, que é feita mensalmente, onde está presente a AS, sendo quem gere o projeto de vida de cada agregado/utente, a responsável do Gabinete de Emprego e a Diretora Técnica. Nesta reunião é feito o ponto de situação de todos os agregados familiares ou utentes acompanhados em SAC e também se realiza a apresentação de novas entradas no apoio, quando se aplica. Com o objetivo de perceber como se pode melhorar a atuação perante cada situação e necessidades, são decididas datas de autonomização e é avaliado cada caso, tendo em conta o âmbito da intervenção do Centro: a capacitação para a autonomia.

Relativamente aos utentes de SAT, é realizada uma reunião mensal com os mesmos e com a equipa técnica, onde a estagiária também participou. Previamente à reunião, é feita uma reunião apenas com os utentes de SAT, a responsável pelo serviço do Gabinete de Psicologia e a responsável pelo Gabinete de Animação e Voluntariado onde são discutidos aspetos positivos, aspetos negativos e aspetos a melhorar, na visão do utente no funcionamento do CSCC. Posteriormente faz-se a avaliação dessa informação e na reunião com os utentes e a equipa técnica são comunicadas as mudanças que é possível realizar e aquilo que não é possível, assim como é discutido os aspetos que foram

mencionados pelos utentes. Nesta reunião, o início é dinamizado por um membro da equipa técnica, que prepara uma dinâmica, e o seu término dinamizado por um utente, sendo preparado um momento cultural.

Foi através do contacto com os utentes e da perceção da situação de fragilidade em que se encontravam que surgiu o trabalho de investigação subsequente, apresentado no ponto quatro do presente trabalho. Nas entrevistas de avaliação psicossocial eram perceptíveis as inquietações e as primeiras dificuldades sentidas por parte dos indivíduos, na chegada a Portugal. Também se expressavam sobre as suas motivações para sair do país de origem e porque escolheram Portugal, como o país para melhorarem e prosseguirem as suas vidas. Também, ao longo do acompanhamento que era feito posteriormente, a quem era aceite no serviço, foi possível perceber quanto tempo demoravam a estabilizar e quais eram os maiores obstáculos para que tal fosse possível.

2.2. Participação em Formações e Fórum

Foram realizadas várias formações para os utentes por membros da equipa técnica ou em parceria com entidades externas, sobre vários temas, em que a estagiária esteve presente, em observação, e participou depois nas avaliações finais de cada uma. Eram avaliadas a prestação dos formadores, assim como a dos utentes que participaram.

A primeira formação foi sobre “**Nutrição e Bem-Estar**”, dinamizada por uma entidade exterior denominada de Diaverum e teve a duração de uma hora e trinta minutos. Estiveram presentes duas profissionais da Diaverum, que mostraram várias formas de os utentes conseguirem poupar dinheiro na alimentação. Procurava-se capacitar os utentes, através de várias estratégias para que consigam diminuir os gastos na alimentação, através de dicas para refeições mais em conta, como na compra de alimentos em supermercados.

Na formação “**Matemática para a Vida**”, foram abordados temas relacionados com a economia doméstica. Esta atividade foi realizada pela responsável do Gabinete de Animação e Voluntariado e pela responsável do Gabinete de Apoio Social e teve a duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos.

Na formação “**Dicas para Manter o Emprego**”, foram discutidas várias informações sobre como realizar uma entrevista de emprego, entre outras propostas, para que se consiga manter o emprego. Também foram dadas informações sobre mecanismos para se

lidar com o empregador e os restantes empregados, para que se mantenha um bom ambiente. Esta formação foi dinamizada pela responsável do Gabinete de Emprego e teve a duração de uma hora e trinta minutos.

Através de um convite feito ao CCSC, a estagiária participou no **Fórum da Rede Local de Voluntariado do Porto**, tendo este tido a duração de um dia inteiro. Este evento foi realizado pela Câmara Municipal do Porto e nele foi apresentada a plataforma de rede de voluntariado com as instituições que são parceiras da Câmara. Posteriormente, foram dados vários testemunhos das instituições parceiras em relação à sua experiência com voluntariado.

2.3. Atividades com o Público-Alvo

Uma das atividades que a estagiária realizou com o público-alvo foi **a preparação de um momento cultural** com os utentes de SAC, para a festa de Natal, realizada anualmente no CCSC.

A preparação desta atividade teve a duração de três semanas, sendo realizada durante a aula de português com os utentes que estavam presentes nas aulas.

Acabou por se compor um texto, construído através do registo das formas diferentes como cada utente ou família tinha por hábito celebrar o Natal no seu país. Tendo em conta que estavam presentes diferentes nacionalidades e que existiam quase tantas diferenças como semelhanças, no modo como cada um celebrava a época em questão. O texto foi escrito por todos os utentes presentes, com a ajuda da estagiária, principalmente para articular o português, visto que foi acordado entre todos que o apresentassem em português. Foi construído o seguinte texto:

Boa tarde, somos um grupo de pessoas todas diferentes, de países diferentes, e com formas de viver a vida diferentes. E vamos partilhar com vocês, como é o Natal no nosso país.

No Peru, na noite de 24 de dezembro, costumamos comer ao jantar peru com várias carnes, frutos secos e milho lá dentro ou então, leitão acompanhado com salada, batatas e arroz árabe.

E apesar de nesta altura estarmos no Verão no Peru, temos o hábito de no fim de jantar bebermos chocolate quente acompanhado com um queque, que tem o nome de Panetone.

Já na Colômbia, as coisas já são um pouco diferentes... na zona onde vivemos, temos uma tradição muito antiga, fazemos uma sopa de pão de bolo, com muito queijo, na nossa família costuma ser o meu avô a fazê-la com dois ajudantes!

Na Venezuela quando se fala de jantar de Natal, por regra todos têm de ter no seu prato, jaca, salada, pão de fiambre e pernil. E algo muito tradicional do nosso país, é que não existe nenhum venezuelano que passe o Natal sem ouvir música, especialmente gaitas!

Apesar de todos termos tradições e formas de viver esta época tão especial, algo que temos em comum, é que dia 24 à meia-noite todos saímos à rua para ver o fogo de artifício e quando nos juntamos com a família acabamos sempre a noite a bailar uns com os outros.

Também somos todos muito festeiros nesta altura, existe sempre muita alegria, dança e baile até nos cansarmos.

Um sentimento que todos partilhamos nesta altura é a saudade, saudades da nossa terra, da nossa família e das nossas tradições. Queríamos passar a mensagem a todos os que se sentem da mesma forma, que não estão sozinhos!

E sugerimos que pensem nas razões pelas quais estão cá, e que tentem encher o coração com as memórias daquilo que já viveram no Natal, e com a esperança de que num futuro tudo vai ficar melhor.

Um Feliz Natal a todos!

Agora vamos cantar e dançar uma música.

Fonte: Texto redigido em conjunto pelos utentes acompanhados em SAC.

O momento foi apresentado na festa: primeiramente cada um leu uma parte do texto e, no fim, cantaram uma música, designada de “Feliz Navidad”. que todos conheciam, visto que todos os utentes que participaram neste momento cultural eram provenientes da América Latina.

Outra das atividades executadas foi um **Concurso de Talentos**, intitulando-se de “*Got Talent*”, sendo esta uma atividade que a estagiária sempre teve o objetivo de realizar. Foi, por isso, responsável pela sua organização e dinamização. Tal implicou que, previamente, fosse feita uma planificação da atividade, conforme se documenta no quadro abaixo.

Figura 3: Planificação da Atividade “Got Talent”

Título da Atividade	Concurso de Talentos - “Got Talent”
Objetivos gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a socialização entre o público-alvo; • Criar empatia entre o público-alvo; • Contribuir para a evolução da comunicação do público-alvo.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover partilha de sentimentos; • Torná-los mais amigos e compreensivos uns com os outros; • Elevar a autoestima e o respeito mútuo; • Trabalhar as relações interpessoais; • Estimular a cooperação; • Proporcionar divertimento no grupo, enquanto conhecem semelhanças ou interesses comuns.
Localização Física	<ul style="list-style-type: none"> • Centro São Cirilo
Descrição da Atividade	A atividade vai consistir num concurso de talentos onde cada pessoa apresenta o seu talento individualmente. Não existir quatro jurados que farão perguntas iniciais antes de o participante (s) começar a sua atuação, tais como, “Como te chamas?” ou “De onde vens?” e no fim os jurados vão avaliar as apresentações e deliberar um vencedor assim como quem se enquadra nos restantes prémios que vão existir. No fim vai existir a entrega de prémios a cada participante.
Duração da atividade	1 hora e 30 minutos
Recursos humanos	Estagiária e 4 pessoas afetas à Equipa Técnica do CCSC
Destinatários	Grupo de crianças, jovens e adultos na faixa etária de 5 a 60 anos.
Recursos Materiais	Sala ampla, cadeiras, papel, caneta, cartolina, cola e cartão.

Fonte: Elaboração própria.

Esta atividade envolveu utentes de SAC e SAT, não tendo envolvido utentes de SAR, pois não estavam disponíveis para participar. O começo de toda a preparação ocorreu no dia 11 de dezembro de 2023, sendo que o dia do concurso foi a 12 de janeiro de 2024. O talento em questão podia ser qualquer coisa que quisessem fazer, tendo sido dada total liberdade de escolha: podiam cantar, dançar, ler um texto, partilhar algo que achassem que fizesse sentido, entre outros.

Numa fase inicial, foram afixados cartazes pelo CCSC com as informações do evento (Anexo A) e foram feitos contactos com os utentes e agregados familiares a questionar se queriam participar com algum ‘talento’. Depois das inscrições estarem concluídas, foram marcados ensaios com a estagiária para mostrarem o que estavam a preparar e para ver no que a mesma podia ajudar.

Toda a decoração da atividade também foi realizada com os utentes que participaram, assim como com quem estava no Centro e estava disponível para ajudar na preparação da mesma (Anexo B). No dia da atividade, foi realizado um último ensaio geral com todos os participantes e depois deu-se início ao Concurso.

Participaram um total de nove concorrentes, que realizaram os seguintes momentos: dança de uma música infantil, *freestyle* com uma bola de futebol, leitura e interpretação de um poema, canto de uma canção e partilha de uma experiência pessoal.

Os jurados (que foram quatro elementos da equipa técnica) faziam questões iniciais a cada participante e depois cada um realizava a sua apresentação. No final de todas as apresentações, existiu uma pausa para os jurados decidirem os prémios, sendo os mesmos: o prémio vencedor, o mais criativo, o prémio revelação, o mais engraçado, a melhor interpretação, o mais habilidoso, o mais carismático e o mais surpreendente. E por fim, procedeu-se à sua entrega. (Anexo C).

A atividade realizou-se de forma muito positiva, sendo que todos os concorrentes apresentaram o seu ‘talento’ e depois foram avaliados pelos jurados, já na fase final. Foi um momento de muita partilha e que proporcionou a união, a diversão e o sentimento de pertença entre todos.

3. Análise dos Conceitos e Práticas

A montante da intervenção social pressuposta no trabalho quotidiano do CCSC há toda um conjunto de conceitos orientadores de práticas, sejam legais ou, mais globalmente, de integração. Uma parte das aprendizagens do estágio consistiu efetivamente na compreensão desses conceitos orientadores das práticas, no CCSC, conforme se expõe abaixo.

Uma das principais estruturas que faz parte do processo da integração de um imigrante, são os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), tendo sido criados em 2004 para dar resposta aos diferentes tipos de dificuldade sentidas por um migrante em todo o processo de integração em Portugal. Estes Centros cooperam, num mesmo espaço e com princípios idênticos de funcionamento, com os principais serviços da Administração Pública e gabinetes de apoio especializado, coordenados pelo Alto Comissariado das Migrações (ACM). No CNAIM, pode-se tratar de assuntos da competência das seguintes entidades (e.portugal.gov.pt, s.d.a):

- Segurança Social;
- Ministério da Saúde;
- Conservatórias dos Registos Centrais;
- Espaço Cidadão;
- Autoridade para as Condições de Trabalho;
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Ministério da Educação.

Além das entidades acima referidas, existem gabinetes de apoio especializado, criados para prestar apoio na integração em Portugal (e.portugal.gov.pt, s.d.a):

- Gabinete de Acolhimento e Triagem;
- Gabinetes de Assuntos Sociais e Inclusão;
- Gabinete de Apoio Jurídico;
- Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação.

3.1. Processo de Legalização de Migrantes em Portugal

Durante todo o estágio curricular, foi por isso importante para o enriquecimento profissional da estagiária perceber, nomeadamente, qual o processo de legalização de um migrante em Portugal, tendo em conta aqueles com quem contactou, assim como quais os processos necessários para uma pessoa que pretende obter o estatuto de refugiada (embora não tenha trabalhado com esses casos). Para tal contou com os esclarecimentos da jurista do CCSC. O texto subsequente toma por referência a legislação então em vigor e a experiência no CCSC, tendo essa legislação, entretanto sido alvo de alterações que mudam os procedimentos. Um dos processos focados foi o da residência. Se uma pessoa quiser residir em Portugal e tiver cidadania estrangeira necessita de se inscrever nas Finanças e na Segurança Social. Com a inscrição nas Finanças vai-lhe ser atribuído um Número de Identificação Fiscal (NIF), que permite ao cidadão trabalhar, abrir uma conta bancária ou cumprir com as obrigações fiscais. A inscrição na Segurança Social atribui um Número de Identificação de Segurança Social (NISS), que permite ao cidadão aceder a direitos, como apoios e subsídios, e cumprir deveres relativamente a contribuições (eportugal.gov.pt, s.d.b.).

Quando um migrante entra em Portugal, tem até três meses para apresentar um pedido de Autorização de Residência. Para apresentar esse pedido, pode fazê-lo através da Manifestação de Interesse (e.portugal.gov.pt, s.d.c). Qualquer cidadão que tenha entrado de forma legal em Portugal e que esteja inscrito e com situação regularizada perante a Segurança Social e tenha uma relação laboral comprovada o pode realizar. Existem alguns requisitos e documentos que é obrigatório apresentar com o pedido, que é feito através da Internet: passaporte ou outro documento válido; comprovativo de entrada regular em Portugal; comprovativos de meios de subsistência; certificado de registo criminal do país de origem e também o registo criminal de outro país em que tenha vivido por mais de um ano, autorização para consulta do registo criminal; documento que comprove que dispõe de alojamento; comprovativo de inscrição e situação regularizada na segurança social (salvo no caso de promessa de contrato de trabalho); comprovativo de inscrição na Administração Fiscal; contrato de trabalho ou documento emitido nos termos da al. a) do nº 2 do artº 88 da Lei 23/2007 de 04 de Julho; ou promessa de contrato de trabalho celebrado nos termos da Lei ou documento comprovativo de ter constituído sociedade

nos termos da lei, declarado o início de atividade junto da Administração Fiscal e da Segurança Social como pessoa singular; ou Contrato de prestação de serviços para o exercício de profissão liberal e declaração da ordem profissional comprovando a respetiva inscrição (quando aplicável); habilitação para o exercício uma atividade profissional independente (quando aplicável) (e.portugal.gov.pt, s.d.c).

Existem diferentes tipos de processos legais a nível da imigração, sendo que os que foram utilizados por utentes durante o presente estágio curricular, foram: Autorização de residência para Exercício de Atividade profissional subordinada; Autorização de residência para Exercício de Atividade Profissional Independente ou para Imigrantes Empreendedores; Autorização de Residência para Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e Autorização de Residência por Estudo.

De acordo com o artigo 88º da lei 23/2007, sobre Autorização de Residência para Exercício de Atividade Profissional Subordinada, esta é concedida a quem tenha um contrato de trabalho celebrado nos previsto termos da lei e esteja inscrito na Segurança Social, tendo de cumprir com mais requisitos específicos determinados na lei. (Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.a).

De acordo com o artigo 89º da lei 23/2007 , relativo a Autorização de Residência para Exercício de Atividade Profissional Independente ou para Imigrantes Empreendedores, esta é concedida para quem tenha constituído sociedade nos termos da lei, tenha declarado início de atividade junto da Segurança Social e Administração Fiscal, sendo um indivíduo singular, ou tenha celebrado um contrato de prestações de serviços para o exercício de uma profissão liberal, cumprindo também com os restantes requisitos dispostos na legislação (Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.b.).

De acordo com o artigo 91º da lei 23/2007, relativo a Autorização de Residência para Estudantes do Ensino Superior, esta é concedida a estudantes do ensino superior, válida por três anos. É necessário apresentar alguns comprovativos, como: matrícula em instituição do ensino superior, pagamento de propina (se aplicável), meios de subsistência; e abrangência pelo Sistema Nacional de Saúde ou Seguro de Saúde (Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.c).

A Autorização de Residência para Cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, de acordo com o artigo da lei 23/2007, abrange os cidadãos nacionais de Estados em que esteja em vigor o Acordo CPLP, que sejam titulares de visto de curta

duração ou de estadia temporária, que tenham entrado de forma legal em território nacional e que podem, nessas condições, requerer esta autorização (Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.d).

Apesar de a estagiária não ter lidado com nenhum caso relativo a pedidos de proteção internacional, foram-lhe explicados, recorrendo a casos anteriores no CSCC, alguns procedimentos, de forma muito simples e breve. De acordo com a lei 27/2008 de 30/06 alterada pela lei 26/2014 de 05/05 existem algumas etapas a respeitar no procedimento. Primeiramente, os requerentes de asilo têm de realizar a apresentação do pedido; têm que fazer a identificação, apresentando todos os documentos de identificação, sendo recolhidas as suas impressões digitais e sendo fotografados e neste processo receberão um documento comprovativo do pedido de proteção, sendo que o mesmo autoriza a sua permanência em Portugal enquanto o processo estiver pendente. Se o indivíduo requereu proteção num posto de fronteira, deverá permanecer nesse local, sendo que o prazo máximo para obter uma decisão sobre o seu pedido é de sete dias. Caso o pedido seja aceite, entrará em Portugal e vai ser encaminhado para um centro de acolhimento de requerentes de proteção internacional e aí aguarda a convocatória para comparecer para uma entrevista. Caso o pedido seja recusado, será afastado para o país de onde era proveniente, podendo ainda recorrer do pedido não aceite, num prazo de quatro dias. Nos casos em que o pedido é aceite, existe então uma entrevista, na qual o requerente deverá relatar os factos e circunstâncias que fundamentaram o seu pedido de proteção internacional. Se a decisão for positiva, é emitida uma Autorização de Residência Provisória, válida por seis meses (durante este período pode trabalhar, estudar e beneficiar de alguns apoios). Quando os seis meses chegarem ao fim, as autoridades analisam se estão reunidos todos os requisitos para obter o estatuto de asilo ou proteção subsidiária. O último passo será a concessão do estatuto de refugiado que, caso seja concedido, leva à emissão de uma autorização de residência válida por cinco anos (renovável); caso seja emitida uma proteção subsidiária é emitida uma autorização de residência válida por três anos (renovável). Conforme dito no início, o estatuto de refugiado é atribuído a uma pessoa perseguida no seu país em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou pertença a um grupo social; a Proteção Subsidiária é dada a pessoas cuja situação não corresponde ao estatuto de refugiado nos requisitos da Convenção de Genebra de 1951, mas que estão impedidas de regressar ao seu país de origem por se verificar uma violação constante dos direitos humanos ou por correrem risco de sofrer

uma ofensa grave como pena de morte, tortura ou tratamento desumano (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.).

3.2. Integração Social de Migrantes

Quando um imigrante chega a Portugal, é necessário que exista para ele um percurso de integração social. Este conceito tem como objetivo criar uma sociedade mais justa e de igualdade, sendo que cada indivíduo, cada um com direitos e responsabilidades, pode ter um papel ativo nesse processo (Divisão de Política Social e Desenvolvimento, 2007).

A integração social é o processo pelo qual os recém-chegados, ou uma minoria, são incluídos na população anfitriã, que acolhe. O objetivo será uma sociedade segura, estável e justa, tendo em atenção situações de conflito social, exclusão social, entre outros, fortalecendo relações sociais pacíficas de coexistência, colaboração e coesão (Comunidade Académica, s.d.).

A integração social na imigração é um conceito chave e muito necessário, sendo essencial para todos os lados: tanto em benefícios que adquirem as comunidades de acolhimento com a migração, como para o bem-estar dos migrantes, para a sua segurança e estabilidade. Os quadros políticos, relativamente à migração, devem ter em consideração os direitos e as obrigações dos migrantes, incluindo o acesso à saúde, ao mercado de trabalho, aos serviços de carácter social, e à educação das crianças e dos adultos. A integração abrange também um sentido de respeito e obrigação relativamente a certos valores que unem as comunidades migrantes e as comunidades que os acolhem, com um objetivo comum. As abordagens realizadas no sentido de integrar um migrante ajudam a garantir que o mesmo faça parte da comunidade que o acolhe a vários níveis: politicamente, culturalmente e economicamente (International Organization for Migration, s.d.).

Abordagens e estratégias que se escolhem devem ser adaptadas ao contexto do migrante, duração das estadias, características específicas e, também, tendências e económicas e sociais do país de acolhimento. Simultaneamente, devem ser desenvolvidas estratégias para educar a comunidade que acolhe sobre contributos dos migrantes, e sobre como pode ser positivo viver e trabalhar num ambiente multicultural. Um diálogo sobre o tema em

questão pode ajudar a desconstruir percepções erradas e a promover um discurso de compreensão e entrelaçada (International Organization for Migration, s.d.).

A integração abrange toda uma série de campos, incluindo o acesso ao mercado de trabalho, na medida da existência de igualdade de oportunidades, a não discriminação, a proteção dos direitos humanos, a coesão social, a saúde pública, entre outros (International Organization for Migration, s.d.).

A integração de imigrantes ocupa um lugar de destaque na agenda política dos países da União Europeia e da OCDE, procurando permitir que os migrantes participem totalmente na sociedade e promovendo a aceitação de novas migrações nas sociedades de acolhimento (OCDE Library, 2023).

Existem variadas razões para que um imigrante que chega ao país de acolhimento em adulto difira de quem chega enquanto criança. A situação de indivíduos nascidos no estrangeiro, mas que chegaram como crianças ainda em idade de escolaridade obrigatória, é diferente de quem veio enquanto adulto. Para os adultos, certas características-chave, como o nível de escolaridade são normalmente pouco influenciadas pela política de integração (sendo que a educação foi adquirida no país de origem), e assim não se pode facilmente considerar como um indicador de integração. Ao contrário, quando chegam enquanto crianças a educação pode ser um mecanismo chave para a integração (OCDE Library, 2023).

Apesar de os governos nacionais serem os principais responsáveis pela criação e implementação de políticas sociais para promover a boa integração, a União Europeia representa um apoio fundamental aos países que fazem parte dela, através de financiamento, desenvolvimento de orientações e promoção de parcerias. O Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027 tem como principal objetivo promover a inclusão para todos, dando o devido reconhecimento ao contributo dos imigrantes para a União Europeia e abordando as barreiras que podem ser um impedimento à participação e inclusão de pessoas migrantes. Tem como base a ideias de que a integração inclusiva tanto tem de contar com o esforço da sociedade que acolhe, como do imigrante que vai para um país novo (European Commission, s.d.).

Existem alguns fatores de integração social essenciais para a integração de um imigrante, tais como os que se mencionam abaixo.

A língua é um dos fatores de integração fundamentais para a integração de um imigrante, nomeadamente para a integração no mercado de trabalho e acesso à cidadania. Em Portugal, a oferta de ensino de língua portuguesa para adultos surgiu em 2001, com a criação do primeiro programa nacional, com o nome “Portugal Acolhe”. Nos anos seguintes, o programa foi sofrendo alterações e substituições (Reis de Oliveira, 2023).

Mais recentemente, a partir do ano de 2020, foram criados os Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), para corresponder às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa de adultos imigrantes, sendo estes cursos certificados (Reis de Oliveira, 2023).

No CCSC também existem variadas aulas, nomeadamente aulas de português, que têm por objetivo, contribuir para o projeto de vida, para a melhor integração de cada imigrante em Portugal.

Outro fator é o Acesso à Saúde, sendo que é fulcral explicar os direitos de um migrante perante este problema. Em Portugal, todos têm acesso à saúde caso necessitem, mas a diferença entre um nacional ou alguém com autorização de residência ou permanência e os imigrantes que não tenham a sua situação regularizada ou ainda estejam no processo, é que a estes últimos é-lhes exigido o pagamento dos serviços, consoante as tabelas em vigor no momento, não estando isentos das taxas moderadoras (ERS, 2023).

Relativamente aos menores, quando chegam a Portugal, passados 90 dias, os pais devem dirigir-se ao CNAIM para realizar o Registo de Menores. Este registo dá acesso, aos menores, à educação e à saúde. É também intenção informar o Governo português de que deram entrada em Portugal, “(...) É sabida a existência em território nacional de cidadãos estrangeiros menores não legalizados cuja idade é inferior à mínima permitida por lei para a celebração autónoma de contrato de trabalho” (Diário da República, 2005).

Pela falta de rendimentos suficientes para fazer face a despesas que podem surgir relacionadas com a saúde, por parte da população imigrante, o Gabinete Médico do CCSC, tendo presente um Médico de Medicina Geral que realiza consultas de forma gratuita, tenta que a saúde seja realmente acessível a todos. O CCSC através de uma parceria com a Mundo a Sorrir, uma Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses, faz ainda encaminhamentos para consultas dentárias, sendo apenas cobrado um valor simbólico. Também para utentes de SAT, SAR e SAC, enquanto estiverem afetos ao apoio, existe uma parceria com uma farmácia, pela qual é possível fazer o

levantamento de medicação necessária ao utente de forma gratuita, mediante receita médica.

Outras questões relacionadas com a integração social, relativamente a menores, serão a sua integração na escola, sendo importante dar informação a um imigrante que a entrada no ensino em Portugal ocorre a partir dos 3 anos. Para crianças com idade inferior a 3 anos terão de procurar creches dentro dessa faixa etária. Após a conclusão dos 3 anos, já é possível a integração no sistema educativo português, que se divide em: educação pré-escolar (para crianças entre os 3 os 6 anos), 1.º ciclo do ensino básico (do 1.º ao 4.º ano), o 2.º ciclo do ensino básico (do 5.º ao 6.º ano), o 3.º ciclo do ensino básico (do 7.º aos 9.º anos) e o ensino secundário (do 10.º aos 12.º anos). A frequência do ensino básico e secundário é obrigatória, para alunos que tenham entre 6 e 18 anos. Os alunos que concluírem o Ensino Secundário com sucesso podem continuar os seus estudos através do Ensino Superior, que não é, todavia, gratuito. É também importante que os imigrantes compreendam como funciona o ano escolar português e como e quando se iniciam as matrículas escolares (eportugal.gov.pt, s.d.d).

4. Imigração em Portugal: Expetativas e Realidades – Análise de Casos

Neste capítulo, e tendo em conta o enquadramento teórico e prático dos capítulos anteriores, procede-se a um estudo sobre expetativas e resultados, na imigração para Portugal, recorrendo, nomeadamente, a uma amostra dos imigrantes apoiados pelo CCSC. Tentou-se compreender o perfil, mas também o percurso de imigrantes, uma vez chegados a Portugal. Procurou-se ainda perceber que razões podem configurar a atratividade de Portugal, enquanto país de destino.

Numa primeira parte do capítulo, caracteriza-se Portugal, como país de destino, a partir de indicadores de qualidade de vida; numa segunda, elencam-se eventuais dificuldades encontradas pelos migrantes, identificadas a partir da experiência de trabalho no CCSC, o que leva à questão orientadora da pesquisa subsequente sobre expetativas vs. realidade, na imigração para Portugal; na terceira parte apresentam-se, nessa ótica, os resultados dos dados documentais recolhidos; na quarta parte faz-se a súpula das conclusões extraídas.

A parte da investigação que teve por base a análise de dados documentais recorreu a registos facultados pelo CCSC sobre utentes acompanhados durante um ano no Serviço de Apoio em Cabaz. Procedeu-se a uma abordagem quantitativa e qualitativa dos referidos dados. O processo de recolha de dados teve lugar no CCSC, local da realização do estágio curricular e foi autorizado pela Instituição (Anexo D).

Os dados deste estudo foram selecionados com base na acessibilidade e disponibilidade dos mesmos, sendo uma amostra por conveniência, o que não permite generalização. Existiram vários fatores para se ter escolhido este tipo de amostragem: a facilidade no acesso aos dados, sendo o local onde foi realizado o estágio; e foram escolhidos os agregados familiares apoiados em SAC por ter sido esse o serviço onde decorreu o estágio, havendo por isso mais familiaridade com os dados e sua interpretação. Foram analisados 83 casos no total, correspondendo cada registo a um titular de apoio e a informação recobrando por isso 83 agregados familiares.

4.1. Portugal como País de Destino: Caracterização

Em 2020, Portugal, em comparação com outros países, tinha um desempenho positivo relativamente a alguns dos indicadores do *Better Life Index* (OCDE, s.d.). Apresentava um desempenho relevante em questões relacionadas com a habitação, segurança e qualidade do meio ambiente, como a seguinte figura ilustra:

Figura 4. Indicadores de qualidade de vida em Portugal



Fonte: (OCDE, s.d.)

Estava, todavia, abaixo da média relativamente a rendimento, conexões a nível social, participação cívica e satisfação com a vida. De um modo geral, os portugueses estavam também abaixo da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no que diz respeito à satisfação com as suas vidas (OECD: Better Life, s.d.).

Já obter um emprego traz grandes benefícios pois proporciona uma fonte de rendimento, melhor inclusão social, o indivíduo sente-se realizado consigo próprio, aumenta a autoestima e o trabalho desenvolve competências e habilidades no ser humano. Em Portugal, 69% da população com idades entres os 15 e os 64 anos, tinha em 2020 um trabalho remunerado, estando de acordo com a média da OCDE de 66%. Um desempregado é alguém que não tem emprego de momento, mas está disposto a obter um e faz uma procura ativa; o desemprego a longo prazo pode causar uma grande sensação de mal-estar e falta de valorização própria e perda de competências. Em Portugal,

recentemente, apurou-se que 2,3% da população ativa está desempregada há um ano ou mais, muito acima da média superior da OCDE de 1,3%. Para uma boa qualidade de vida em relação ao trabalho é fulcral o salário e, bem assim, outros benefícios monetários; os portugueses recebem em média, anualmente, valores muito abaixo da média da OCDE. A segurança no trabalho é outro fator para que exista uma boa qualidade no emprego; os trabalhadores cujo risco de perder o emprego é mais elevado são mais vulneráveis. Em Portugal, os trabalhadores estão sujeitos a uma perda esperada de 8,1% dos seus rendimentos, caso fiquem desempregados, muito superior à média da OCDE de 5,1% (OECD: Better Life, s.d.).

O ser humano precisa ainda de criar laços sociais, ter contacto com o outro e isso também faz parte dos fatores necessários para determinar o bem-estar de um indivíduo. Ter uma rede de apoio sólida é necessário para alguém não se sentir sozinho e também ter acesso a algumas oportunidades através do círculo de pessoas à sua volta. De acordo com os mesmos dados, em Portugal, cerca de 87% da população acreditava que conhece alguém com quem possa contar num momento de necessidade (OECD: Better Life, s.d.).

Em relação à pobreza e exclusão social, a taxa de pobreza baixou dois pontos percentuais, passando de 18,4% em 2020 para 16,4% em 2021. Em 2021, menos 197 mil pessoas viviam em situação de pobreza em comparação ao ano anterior, no auge da crise pandémica relacionada com o covid-19. Um dos factos mais salientes foi a redução da taxa de pobreza nos jovens e crianças que em 2021 se fixou em 18,5%, o valor mais baixo registado nesta faixa etária desde 2003 (Rodrigues, 2023).

Quanto a indicadores relacionados com a privação material e social a perceção das famílias, em 2022, demonstrava sinais preocupantes, devido à subida de preços de bens de primeira necessidade. O aumento da percentagem de famílias que declaram não ter capacidade económica para manter as suas casas devidamente aquecidas ou o aumento do número das pessoas que vivem sem ter capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou peixe, pelo menos de dois em dois em dias, são sinais de alerta sobre os efeitos negativos da queda dos rendimentos, provocado pelo aumento dos preços de bens de primeira necessidade, podendo gerar problemas nas condições de vida dos indivíduos e famílias, principalmente para quem está em maior fragilidade (Rodrigues, 2023).

Fazendo a comparação dos valores de 2021 e 2022 dos 13 indicadores de privação material e social, é possível ter a noção das situações em que mais se sente a privação das

famílias. Entre os indicadores de uma situação de vulnerabilidade material e social mais elevada em 2022, pode destacar-se: 37,2% não têm capacidade económica para pagar uma semana de férias por ano (36,6% em 2021) fora de casa; 36,3% não têm capacidade para substituir mobília usada (37,9% em 2021); 29,9% não têm capacidade para pagar uma despesa inesperada (31,1% em 2021); 17,5% não têm capacidade para manter a sua casa devidamente aquecida (16,4% em 2021). Estes indicadores são aqueles que, de forma imediata, declaram os efeitos da subida de preços dos bens e serviços sobre as condições da família (Rodrigues, 2023).

Pelo profundo impacto social, é de frisar ainda que 6,1% dos inquiridos pelo INE (Rodrigues, s.d.), referem possuir atrasos em vários pagamentos, como por exemplo pagamentos regulares relativos a rendas, prestações, créditos, entre outras.

Em termos de segurança, segundo o *Global Peace Index*, Portugal é o sétimo país mais seguro, estando apenas atrás de Singapura, Áustria, Nova Zelândia, Irlanda, Dinamarca e da Islândia. Está, portanto, em quinto lugar na Europa, sendo este continente, por sua vez, a região mais pacífica do mundo, tendo dez dos países mais pacíficos (Global Peace Index, 2023).

No todo, não sendo, por comparação com outros Estados europeus, um país da maior atratividade, nomeadamente no plano do rendimento, Portugal oferece ainda assim, visto de fora e através de indicadores internacionais, algumas boas razões para ser procurado – por exemplo a segurança. No entanto, também há problemas que podem afetar, de forma grave, os imigrantes, como se aborda de seguida.

4.2. A Realidade dos Imigrantes em Portugal

Quando um imigrante vem para Portugal, vem carregado de sonhos, ambição por melhores condições de vida, de trabalho, de educação, de saúde, de habitação, entre outras. No entanto, o facto de nem sempre existir a devida preparação prévia faz com que a situação de fragilidade vivida no país de origem, muitas das vezes, se prolongue no país de destino, neste caso, em Portugal.

Um dos principais problemas que afetam a grande maioria dos imigrantes é a crise na habitação, que está a ser vivida em Portugal. O aumento que tem existido no preço das moradias e do arrendamento tem estado claramente acima do que pode pagar um salário

mínimo, dificultando o acesso à habitação, contribuindo também para acentuar as desigualdades em Portugal. O aumento que existiu no preço das casas desde 2017 levou a um agravamento na acessibilidade ao mercado da habitação, especialmente nas duas grandes cidades: Lisboa e Porto (M. M. Rodrigues et al., s.d.). Relativamente aos imigrantes, o facto de por vezes ser pedida muita documentação e, por exemplo, fiadores, dificulta ainda mais o acesso, sendo que grande parte das vezes quando vêm, não têm nenhum conhecido no país, nem fontes de rendimento suficientes para o fazer.

Outra das grandes dificuldades quando são agregados familiares com filhos que necessitam de creche, é encontrar uma vaga disponível. Assim, no caso de existirem dois adultos presentes, há sempre um que não pode trabalhar, enquanto não conseguir arranjar uma creche para o filho em questão. É muito difícil encontrar uma vaga disponível numa creche pública, pelo que a opção passará por colocar o filho/a numa creche privada, isto quando é possível sustentar esse custo, que é habitualmente muito elevado. Apesar de ter sido criado pelo Governo, o programa Creche Feliz, tendo como principal objetivo assegurar vagas em creches de forma gratuita para crianças nascidas a partir de setembro de 2021, em Portugal, “(...) no total, são mais de 125 mil as crianças sem acesso à creche (...)” (SIC Notícias, 2023). Esta medida fez com que as inscrições aumentassem em grande escala, não existindo oferta suficiente para o número de crianças (SIC Notícias, 2023).

Quando um imigrante vem para Portugal e tem habilitações literárias, querendo usufruir das mesmas para trabalhar, tem de realizar todo um processo para que essas sejam validadas em Portugal e para que as possa utilizar para arranjar emprego (Direção-Geral da Educação, s.d.). Existem três tipos de reconhecimento em Portugal: o Reconhecimento Automático, que permite reconhecer de forma genérica um grau ou diploma do ensino superior se for similar ao do ensino português em vários campos; o Reconhecimento de Nível, que permite reconhecer por comparação, de forma individual, um grau ou diploma de Ensino Superior Estrangeiro como tendo um nível correspondente ao de um português; e o Reconhecimento Específico, que permite reconhecer um grau ou diploma de ensino estrangeiro através de uma análise muito detalhada do nível, duração e conteúdo programático numa área de formação específica, ramo de conhecimento ou especialidade (DGES, s.d.).

O aumento da facilidade de circulação entre países, resultou na migração de muitos profissionais qualificados para Portugal, que se instalaram e permaneceram no país e que,

em virtude de processos burocráticos, não conseguiram exercer uma profissão tendo em conta as suas habilitações literárias (Góis & Carlos Marques, 2007).

A língua também aparenta ser uma dificuldade em vários campos, como o trabalho, capacidade em criar laços emocionais e relações, em questões do quotidiano, entre outras. É uma barreira, para se dirigirem a serviços para a realização de documentação necessária, para arranjar emprego, na negociação de contratos de trabalho ou de arrendamento, cujas cláusulas muitas vezes não são entendidas, entre outras.

Em relação à empregabilidade, os imigrantes têm vivido o resultado da crise económica e o agravamento das condições no mercado de trabalho, de uma forma diferente da população nacional. Os imigrantes têm mais tendência a arranjar empregos precários e percursos laborais mais irregulares, caracterizados por sobre qualificação, sucessão de empregos mal remunerados e instáveis, assim como por terem uma exposição maior ao desemprego. Existe uma maior incidência de trabalhadores imigrantes em Portugal, que são sujeitos a certas condições no trabalho do resultado da inexistência ou falta de informação sobre os seus direitos. Podem também associar-se outras características, como: dificuldades na língua, sobre e subqualificação para as tarefas que têm de desempenhar, menor poder de reivindicar – todas piorando a inserção dos migrantes no mercado de trabalho português (Valente et al., 2016).

Em 2021, “o Trabalhador da Limpeza” era a profissão mais representada dos trabalhadores estrangeiros, sendo o Comércio a Atividade Económica que empregava mais população estrangeira (INE, 2022).

No Acesso à Saúde, a utilização dos serviços é condicionada pela vertente legal e pelas respostas institucionais disponibilizadas. Em Portugal, desde a década de 1970, que a igualdade no acesso à saúde está salvaguardada, na própria Constituição da República, que “(..) no artigo 64º estabelece que todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. Este artigo complementado pelo artigo 15º da Constituição, onde se enquadra que “todos os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos [mesmos] direitos e estão sujeitos aos [mesmos] deveres do cidadão português (...)” (Reis de Oliveira, 2023, p. 263), Um imigrante que resida em Portugal, não tendo vindo por razões de saúde mas por outras, como por exemplo, por trabalho, tem acesso à saúde, sendo a inscrição no Serviço Nacional de Saúde uma das dimensões para a sua integração em Portugal (Reis de Oliveira, 2023).

4.3. Análise e Interpretação de Casos do CCSC

Como referido, foram coletadas informações sobre 83 agregados familiares, a partir do registo de um titular, junto do CCSC. Recolheu-se informação sobre a composição e características dos agregados familiares apoiados em SAC, durante um ano. Estes dados incluem informações relacionadas com: idade, género, país de origem e estado civil do próprio, mas também sobre o tamanho do agregado familiar, motivos de vinda para Portugal, existência ou não de retaguarda de apoio, perfil profissional, no país de origem, expectativas de trabalhos em Portugal e habilitações literárias.

Figura 5. Distribuição dos Titulares por Género e Idade

Idade	Género		Totais
	Feminino	Masculino	
21-30	11	7	18
31-40	27	10	37
41-50	16	3	19
51-60	6	1	7
61-70	1	1	2

Fonte: Elaboração Própria

Com base no quadro acima, verifica-se que, neste estudo, existiram 61 pessoas do sexo feminino e 22 do sexo masculino, dando um total de 83 pessoas no quadro geral, sendo que cada uma representa um agregado familiar.

Há uma diferença na distribuição por género em algumas faixas etárias, por exemplo, na faixa etária dos 31 aos 40 anos há 27 mulheres e apenas 10 homens. No entanto, nos mais jovens, isto é, dos 21 aos 30 anos, não existe tanta diferença.

Também se pode concluir, que existe um maior número de mulheres, sendo provavelmente o recurso aos serviços SAC um assunto de carácter mais doméstico. Ora, de acordo com um estudo da Eurostat sobre “A vida das mulheres e homens na Europa – um estudo estatístico”, existe uma maior percentagem de mulheres do que homens a fazer tarefas domésticas, cuidar dos filhos e cozinhar (Visão, 2018).

Figura 6. Distribuição por País de Origem

País de Origem	
Afeganistão	1
Angola	10
Argentina	6
Brasil	16
Cabo Verde	2
Chile	1
Colômbia	18
El Salvador	1
Guiné-Bissau	1
Índia	1
Marrocos	3
Paquistão	1
Peru	1
São Tomé e Príncipe	1
Ucrânia	5
Venezuela	15

Fonte: Elaboração Própria

Em relação à naturalidade de cada titular do agregado verifica-se que existe maior abundância de indivíduos colombianos, representado um total de 18 pessoas, seguida da do Brasil (16), depois da Venezuela (15) e Angola (10), entre os mais representados. Existem ainda outras nacionalidades, com frequências mais baixas como a Argentina (6), e as da Ucrânia (5), Marrocos (3), Cabo Verde (2). Os restantes países apenas estão representados por 1 pessoa. Como o quadro o demonstra, a diversidade de proveniência é muito grande, embora a maior quantidade seja originária da América do Sul. É também de relevância referir que existe um maior número de indivíduos que são provenientes de países com uma língua muito próxima (o espanhol) ou mesmo de língua portuguesa.

Figura 7. Distribuição por Estado Civil

Estado Civil	
Casado/a	49
Divorciado/a	6
Solteiro/a	28

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente ao estado civil em que se encontra o titular do agregado familiar, 49 são casados, 6 estão divorciados e 28 são solteiros.

Os titulares casados são o grupo predominante, relativamente ao grupo dos divorciados e dos solteiros. Esta tendência pode estar relacionada com a cultura, religião, questões legais, entre outras. No entanto, existindo pessoas divorciadas e solteiras neste grupo, tal não significa que se trate de famílias monopessoais, como veremos.

Figura 8. Relação entre o Tipo de Habitação e o Tamanho do Agregado

Tipo de Habitação	Agregado Familiar (Número de Adultos (ad) + Número de Crianças (cç))											Totais
	1 ad	2 ad	1 ad + 1 cç	1 ad + 2 cç	1 ad + 3 cç	2 ad + 1 cç	2 ad + 2 cç	2 ad + 3 cç	3 ad + 1 cç	3 ad + 2 cç	3 ad + 3 cç	
Quarto em Apartamento	6	7	6	3			5	4		1		32
Quarto em Hostel	2	1										3
Quarto Partilhado	2											2
T0			1				2	2				5
T1		1		1			5	2				9
T1+1					1	1						2
T2		1	2	4	1	5	5	1		1	1	21
T3						2	3	1				6
SI		1						1	1			3

Fonte: Elaboração Própria.

O quadro apresenta uma grande diversidade nos tipos de habitação como quartos em apartamentos, hostels, quartos partilhados e apartamentos T0, T1, T1+1, T2 e T3.

Os agregados familiares são categorizados tendo em conta o número de adultos e o número de crianças, o que permite uma compreensão mais detalhada da estrutura familiar de quem ocupa cada tipo de habitação.

Em relação à habitação a mais comum é o Quarto em Apartamento (31), sendo o tipo de habitação mais presente dentro deste grupo. Isto pode estar associado a questões relacionadas com a disponibilidade, custo ou preferência.

A tendência para apartamentos de um ou dois quartos é a opção mais comum, depois do quarto em apartamento, podendo refletir a composição do agregado familiar, indivíduos, ou casais sem filhos.

As opções menos comuns são o Quarto em Hostel (3) e o Quarto Partilhado (3), sendo que estas opções são menos frequentes pois existem muitos agregados familiares relativamente numerosos.

O facto de existirem no presente grupo tipos de habitação muito variados além de refletir preferências individuais, reflete também fatores sociais e económicos, como por exemplo a acessibilidade económica à habitação.

Dentro do grupo estudado, há agregados familiares com estruturas muito diferenciadas, sendo que os agregados mais comuns são o de dois adultos e uma criança (21) e os com um adulto e uma criança (10), refletindo-se um padrão de predomínio de famílias

nucleares. Há um número menor à medida que o agregado familiar vai aumentando, sendo que agregados familiares maiores são menos comuns que agregados familiares menores.

O Quarto em apartamento é o tipo de habitação mais diversificado em termos da composição familiar do agregado, tendo uma presença significativa em todas as categorias. Os agregados familiares de 2 adultos são mais comuns, seguidos dos agregados compostos por 1 adulto e 1 criança e dos agregados de 2 adultos e 2 crianças. Os apartamentos T1 e T2 é onde estão mais agregados familiares dentro do grupo de apartamentos inteiros.

Relativamente ao tópico da sobrelotação, considerando o tamanho de um espaço em relação à capacidade habitacional disponível, a tabela parece sugerir que a maioria dos agregados não se encontra num espaço sobrelotado, havendo no entanto alguns casos de sobrelotação.

Figura 9. Motivos de Vinda para Portugal

Motivos de Vinda para Portugal	
Melhores Condições de Vida	47
Preocupação com o Agregado Familiar	17
Segurança	17
Melhor Condições e Acesso na Educação	15
Facilidade na Regularização	11
Fugir da Guerra/Conflitos no País de Origem	7
Melhor acesso à Saúde	5
Tranquilidade	3
Língua	1
Veio como turista e permaneceu	1
Cultura	1
SI	6

Fonte: Elaboração Própria

Neste ponto, os titulares referiram, por vezes, mais que um motivo de vinda para Portugal. O motivo de vinda predominante é a procura de melhores condições de vida, referindo-se à aspiração de ter uma melhor qualidade de vida, em comparação com a que tinham anteriormente. Alguns respondentes especificam condições de atração (por ex., saúde ou educação). A procura de melhores condições relacionadas com a educação (15) destaca este fator como um elemento de grande importância para o sucesso pessoal e profissional.

Um dos motivos mais significativos é o dos imigrantes que vieram para Portugal pela preocupação com o agregado familiar (17), com o seu bem-estar e futuro da sua família.

A segurança é outro dos motivos mais comuns (17), o que indica que um grande número de indivíduos escolheu Portugal pela sua reputação de ser um país seguro, livre de conflitos armados, violência, entre outros.

A facilidade na regularização foi escolhida por 11 indivíduos como causa para terem vindo para Portugal, o que pode estar relacionado com processos simplificados a nível de documentação ou de políticas de imigração favoráveis.

Existem outros motivos que foram ainda mencionados como, a Cultura, a Língua ou o facto de ter vindo como turista e ter acabado por permanecer no país.

Figura 10. Retaguarda/Apoio

Retaguarda/Apoio	
Família	25
Amigos	22
Nenhuma	20
Entidades	14
Colegas de Casa	8
Vizinhos	7
Conhecidos	3
Senhorios	3
Colegas de Trabalho	2
Ex-Companheiro	2
Companheiro/a	1
Grupos de Rede Sociais	1

Fonte: Elaboração Própria.

Quando alguém transita para outros países, um dos fatores importantes é a retaguarda ou o apoio que têm, tanto no país onde chegam, como o que deixaram para trás.

A família é o mais mencionado (25), e ter a família como fonte de suporte ou apoio pode ajudar em questões emocionais ou financeiras.

Os amigos são o segundo grupo mais mencionado (22 casos), podendo oferecer suporte tanto à distância como perto.

O facto de muito indivíduos não mencionarem ninguém (20) indica não terem nenhuma fonte de suporte ou retaguarda, refletindo que ou não conseguem estabelecer uma rede de apoio ou optaram por estar sozinhos.

As entidades (14) como igrejas, grupos de comunidade, entre outros, desempenharam um papel importante, podendo oferecer serviços como apoio em bens materiais ou alimentares, aconselhamento, apoio jurídico, entre outros.

Os colegas de casa (8), sendo quem partilha a moradia com eles, podem ser uma grande fonte de apoio e companheirismo, podendo ajudar muito à adaptação no novo país.

Outros tipos de suporte também foram mencionados, embora de forma residual, como os senhorios, colegas de trabalho, companheiros, conhecidos e ex-companheiros, contribuindo de formas diferentes para o suporte do indivíduo.

Figura 11. Trabalhos no País de Origem

Trabalhos no País de Origem	
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Floresta	2
Especialistas das Atividades Intelectuais e Científicas	20
Operadores de Instalação de Máquinas e Trabalhadores de Montagem	2
Pessoal Administrativo	13
Representantes do Poder Legislativo e de Órgãos Executivos, Dirigentes, Diretores e Gestores Executivos	15
Técnicos e Profissões de Nível Intermédio	28
Trabalhadores Não-Qualificados	41
SI	8

Fonte: Elaboração Própria.

Nota. Utilização da nomenclatura de acordo com o Instituto Nacional de Estatística. (Instituto Nacional de Estatística, 2010).

O grupo que tem maior representatividade é o dos trabalhadores não-qualificados (41). A segunda categoria com mais representatividade são os técnicos e profissões de nível intermédio (28), sendo técnicos com habilitações mais específicas. A significativa presença destes profissionais destaca a valorização da formação técnica e a existência de uma base sólida de emprego em setores que requerem habilidades especializadas, mas não necessariamente um grau académico.

Os especialistas das atividades intelectuais e científicas ficam em terceiro (20). Este tipo de setores relacionados com a tecnologia, saúde, educação e pesquisa científica desempenham papéis centrais numa sociedade e são por isso habilitações de relevo.

Os gestores e dirigentes são 15 dos trabalhadores. Este grupo é essencial para a governança eficaz e a gestão estratégica, sugerindo que o país de origem poderá possuir uma administração bem desenvolvida e um ambiente corporativo estruturado.

Por fim, figuram o pessoal administrativo (13), os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (2) e os operadores de instalações de máquinas e trabalhadores de montagem (2).

Figura 12. Expetativas de Trabalhos em Portugal

Expetativas de Trabalhos em Portugal	
Qualquer Área	21
Trabalhos Não-Qualificados	53
Trabalhos de Nível Intermédio	9
SI	8

Fonte: Elaboração Própria.

A maior expetativa recai sobre os trabalhos não-qualificados, representando 53 dos trabalhadores, o que mostra que grande parte dos indivíduos esperam encontrar trabalhos que não exijam qualificações específicas. Pode indicar que pensam que há uma maior disponibilidade de vagas de trabalhos em serviços gerais, a realizar atividades que não exijam formação especializada.

A segunda maior categoria é, ‘qualquer área’, com 21, sugerindo uma grande flexibilidade por parte dos indivíduos, estando dispostos a aceitar trabalhos em qualquer setor, para garantir o emprego.

A expetativa de trabalhos de nível intermédio é relativamente baixa (9), indicando que há a perceção de que há menos oportunidades nos empregos que requerem qualificações.

Figura 13. Habilitações Literárias

Habilitações Literárias	
Ensino Básico Incompleto	3
Ensino Básico	1
Ensino Secundário	18
Ensino Secundário + Cursos Técnicos	9
Ensino Secundário + Cursos Técnicos Incompletos	2
Licenciatura	30
Licenciatura em Curso	2
Licenciatura Incompleta	2
Bacharelato	7
Mestrado	3
Pós-Graduação	5
SI	1

Fonte: Elaboração Própria

Uma parte dos indivíduos estudados possui uma licenciatura, num total de 30 indivíduos, indicando um nível alto de educação.

O segundo maior grupo possui o ensino secundário (18); quando combinado com os que têm ensino secundário mais cursos técnicos (9) e ensino secundário mais cursos técnicos incompletos (2), o total aumenta para 29 pessoas.

Existem 3 pessoas que têm um mestrado e 5 com uma pós-graduação. Embora estes números sejam menores comparando com o total de licenciados, ainda são significativos.

Com uma licenciatura incompleta e uma licenciatura em curso, existem 2 pessoas em cada categoria, o que pode indicar que há pessoas ainda em transição para concluir o seu percurso académico ou que estão a terminar os estudos em Portugal. Existindo ainda 7 pessoas que têm um bacharelato.

Os níveis educacionais menos comuns são o ensino básico incompleto (3 pessoas) e o ensino básico (1 pessoa).

4.4. Considerações Finais

Através da análise de dados dos casos provenientes do CSCC face à questão colocada, isto é, se as expectativas que levaram à imigração correspondem à realidade encontrada em Portugal, pode concluir-se que a resposta é um tanto ambivalente.

Apesar de não se conseguir ter perceção detalhada de qual era a realidade vivida anteriormente, pode concluir-se que encontrar melhores condições de vida em Portugal pode revelar-se muito complicado, principalmente quando é para um agregado familiar maior.

Em relação às expectativas, se analisarmos as razões pelas quais cada agregado tomou a decisão de vir para Portugal, as melhores condições de vida são a principal razão. Pode concluir-se, tendo em conta a informação sobre a realidade vivida anteriormente no país de origem, que pode ser, em alguns aspetos, uma expectativa que se concretizou de forma positiva.

Em termos de segurança, tendo em conta as afirmações sobre esta questão, Portugal é de facto um país muito seguro, logo também será algo que se concretizou de forma positiva.

A questão que se coloca, quando analisamos a realidade através dos dados, é a falta de rendimentos e condições de habitação, sendo essas a base para que todas as expectativas acima se possam também concretizar.

Assim, na grande parte dos agregados, os empregos que conseguem arranjar são precários e, muitas das vezes, senão na grande parte, não correspondem às habilitações literárias obtidas anteriormente, sendo que as remunerações para esse tipo de trabalho rondam o salário mínimo nacional.

Ligado à questão acima referida, vem a habitação, estando a mesma numa fase crítica em Portugal. Como está presente nos dados recolhidos, é possível ter a percepção dessa realidade: existem agregados familiares numerosos a viver num quarto, assim como é raro existir um agregado que tenha capacidade económica suficiente para suportar o custo de uma moradia ou apartamento por inteiro.

Quanto à educação, há serviços, mas é necessário, muitas das vezes, rendimento para pagar creches, ou refeições dos filhos na escola, ou, se forem mais velhos, a propina mensal da universidade. Por outro lado, más condições de habitação não propiciam um bom aproveitamento na escola para as crianças ou jovens. Tendo em conta os dados, a maior parte dos agregados vive em quartos, partilhando a casa com outras pessoas.

Outras das conclusões retiradas, é que todos estes agregados, para estarem a ser apoiados em SAC, no CCSC, se encontravam, obviamente, numa situação de fragilidade social e de necessidade. Tal pode indicar que as expectativas tidas ao vir para Portugal acabaram por não se concretizar da exata maneira que esperavam. Apesar de existirem agregados que mencionam ter vindo pela insegurança vivida no país de origem e isso poder revelar-se uma emergência, existe também outra grande parte que menciona outro tipo de razões que revelam não ser tão urgentes. Tal parece indicar que tiveram tempo para organizar toda a preparação da viagem e idealizar como seria mudar de país, nomeadamente, para Portugal. Sendo assim possível concluir, que, para estarem a recorrer a uma instituição, não conseguiram ainda estabilizar as suas condições de vida.

Em suma, pode concluir-se que em grande parte as expectativas não corresponderão à realidade, pelas variadas razões já descritas. No entanto, pode compreender-se que é apenas uma fase e que, futuramente, poderão conseguir alcançar essas expectativas, e integrar-se no país. Este estudo, necessariamente preliminar e de observação indireta abre

também pistas para estudos futuros, mais aprofundados, sobre os casos e os percursos da imigração em Portugal.

Conclusão

No decorrer de todo o Estágio Curricular foi possível à estagiária adquirir competências profissionais, obter conhecimentos na área da migração e da intervenção social, e também perceber como funciona uma instituição no seu todo, qual a verdadeira realidade que se vive nesta área. As atividades que foi possível realizar e acompanhar permitiram a aquisição de novas habilidades, essenciais para o crescimento e desenvolvimento profissional.

A reflexão sobre as várias vertentes mais teóricas e legais associada à análise e intervenção junto de imigrantes fortaleceu o conhecimento e a consciência crítica da estagiária, face a esta problemática.

Além disso, a integração entre teoria e prática revelou-se fundamental para a compreensão das dinâmicas organizacionais e dos processos de trabalho. A análise das experiências vivenciadas permitiu não apenas a aplicação dos conceitos teóricos, mas também a adaptação e a criação de novas abordagens que eram desconhecidas da estagiária, no início.

A elaboração e inserção do estudo no relatório de estágio proporcionou um aprofundamento das questões estudadas e aprendizagens ao longo do estágio, assim como alertou para a importância da pesquisa e da interpretação de dados. Através desse estudo, foi possível realizar alguma revisão da literatura existente sobre a questão colocada e fazer uma compilação da evidência documental sobre casos, associando assim a reflexão teórica à análise da realidade.

Em suma, o estágio foi uma oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento, permitindo a integração entre teoria e prática. A experiência adquirida certamente contribuirá para futuras atividades profissionais e académicas, fortalecendo a formação e capacitação na área de atuação em questão.

Este relatório e o estudo nele inserido não apenas documentam as atividades realizadas mas também refletem o crescimento pessoal e profissional proporcionado por esta experiência.

Bibliografia

ACM, (s.d). *Saber mais sobre as migrações portuguesas*. [Online] Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/saber-mais-sobre-as-migracoes-portuguesas-> [Acedido em 03/02/2024].

ACNUR, (2023). O deslocamento forçado continua a crescer à medida que os conflitos aumentam. *A guerra e a violência levaram o deslocamento global a um número estimado de 114 milhões até o fim de setembro de 2023*. [Online] Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/10/25/acnur-o-deslocamento-forcado-continua-a-crescer-a-medida-que-os-conflitos-aumentam/> [Acedido em 27/03/2023].

ACNUR, (s.d.). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951*. [Online] Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf [Acedido em: 15/04/2024]

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.a). *História*. [Online] Disponível em: https://www.saocirilo.pt/historia_/ [Acedido em: 16/01/2024]

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.b). *Missão, Visão e Valores*. [Online] Disponível em: https://www.saocirilo.pt/missao-visao-e-valores_/ [Acedido em: 16/01/2024]

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.c). *Corpos Sociais*. [Online] Disponível em: https://www.saocirilo.pt/corpos-sociais_/ [Acedido em: 17/01/2024]

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.d). *Equipa*. [Online] Disponível em: https://www.saocirilo.pt/equipa_/ [Acedido em: 16/01/2024]

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.e). *Gabinetes de Atendimento*. Disponível em: https://www.saocirilo.pt/gabinetes-de-atendimento_/ [Acedido em 17/01/2024].

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.f). *Atividades, Formações e Eventos*. [Online] Disponível em: https://www.saocirilo.pt/formacao-ensino-e-atividades_/ [Acedido em: 20/01/2024]

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.g). *SAT - Serviço de Alojamento Temporário*. [Online] Disponível em: <https://www.saocirilo.pt/sat-servico-de-alojamento->

temporario /
[Acedido em 20/01/2024].

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.h). *SAR - Serviço de Apoio em Refeição*. [Online]
Disponível em: [https://www.saocirilo.pt/sar-servico-de-apoio-em-refeicoes-_/](https://www.saocirilo.pt/sar-servico-de-apoio-em-refeicoes-/)
[Acedido em 17/01/2024].

Centro Comunitário São Cirilo (s.d.i). *SAC – Serviço de Apoio em Cabaz*. [Online]
Disponível em: https://www.saocirilo.pt/sac-servico-de-apoio-em-cabaz-_/ [Acedido em: 20/01/2024]

Comunidade Académica (s.d.). *Comunidade Académica – Enciclopédia*. [Online]
Disponível em: <https://encyclopedia.pub/entry/33503> [Acedido em 01/05/2024].

Decreto-Lei n.º 67/2004, de 25 de março. Diário da República n.º 72/2004, Série I-A de 2004-03-25. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/67-2004-211033>

DGES-Direção Geral do Ensino Superior (s.d.). *Reconhecimento de Graus e Diplomas Estrangeiros de Ensino Superior*. [Online] Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento> [Acedido em 20/05/2024].

Direção-Geral da Educação (s.d.). *FAQ - Equivalências de Habilitações Estrangeiras*. [Online] Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/faq-equivalencias-de-habilitacoes-estrangeiras> [Acedido em 15/05/2024].

Direção-Geral da Educação (s.d.). *FAQ - Equivalências de Habilitações Estrangeiras*. [Online]
Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/faq-equivalencias-de-habilitacoes-estrangeiras>
[Acedido em 15/03/2024].

Divisão de Política Social e Desenvolvimento (2007). *E-Dialogue "Criando uma Sociedade Inclusiva: Estratégias Práticas para Promover a Integração Social"*. [Online] Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/sib/inclusive_society/social%20integration.html
[Acedido em 20/04/2024].

e.portugal.gov.pt (s.d.b). *Apresentar a manifestação de interesse*. [Online] Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/servicos/apresentar-a-manifestacao-de-interesse> [Acedido em 02/02/2024].

e.portugal.gov.pt (s.d.c). *Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)*. [Online] Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/servicos/centros-nacionais-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-cnaim-> [Acedido em 25/04/2024].

e.portugal.gov.pt (s.d.d). *Migrantes: ensino em Portugal para crianças, jovens e adultos*. [Online] Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/migrantes-viver-e-trabalhar-em-portugal/migrantes-ensino-em-portugal-para-criancas-jovens-e-adultos> [Acedido em 15/05/2024]

eportugal.gov.pt (s.d.a). *Como pedir o NIF e o NISS para pessoas estrangeiras em Portugal*. [Online] Disponível em: <https://eportugal.gov.pt/pt/migrantes-viver-e-trabalhar-em-portugal/migrantes-impostos-e-seguranca-social-em-portugal/como-pedir-o-nif-e-o-niss-para-cidadaos-estrangeiros-em-portugal> [Acedido em 02/02/2024].

ERS-Entidade Reguladora da Saúde (2023). *Acesso de imigrantes à prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde*. [Online] Disponível em: <https://www.ers.pt/pt/utentes/perguntas-frequentes/faq/acesso-de-imigrantes-a-prestacao-de-cuidados-de-saude-no-servico-nacional-de-saude/> [Acedido em 14/05/2024].

European Commission (s.d.). *Integração*. [Online] Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/legal-migration-and-integration/integration_en [Acedido em 15/05/2024].

Global Peace Index (2023). *Global Peace Index: Institute for Economics & Peace Measuring peace in a complex world*.

Góis, P. & Marques, C.J. (2007). *Estudo Prospectivo Sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, Lisboa.

Hendriks, M. (2015). A felicidade dos migrantes internacionais: uma revisão dos resultados da investigação. *Estudos de Migração*, Volume 3, Edição 3, p. 343–369.

Hofmann, M., Jolivel, A., Huss, D. & Ambiaux, C. (2020). *International Migration: Drivers, Factors and Megatrends*.

INE-Instituto Nacional de Estatística (2022). *O Que Nos Dizem os Censos Sobre a População de Nacionalidade Estrangeira em Portugal*, Lisboa, INE.

INE-Instituto Nacional de Estatística (2024). *Taxa de desemprego aumentou para 6,6% no 4.º trimestre de 2023 e para 6,5% em 2023 - 4.º Trimestre de 2023*.

INE-Instituto Nacional de Estatística, (2010). *Classificação Portuguesa das Profissões*.

International Rescue Committee (2023). *110 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo: conheça os factos*.

IOM-International Organization for Migration, (s.d). *IOM and Migration Integration*. https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbdl486/files/migrated_files/What-We-Do/docs/IOM-DMM-Factsheet-LHD-Migrant-Integration.pdf

Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.a). *Artigo 88.º – Autorização de residência para exercício de atividade profissional subordinada*.

Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.b). *Artigo 89.º – Autorização de residência para exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores*.

Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.c). *Artigo 91.º – Autorização de residência para estudantes do ensino superior*.

Legispédia de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.d). *Artigo 87.º-A - Autorização de residência para cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

Lei n.º 23/2007, de 4 de julho. Diário da República n.º 127/2007, Série I de 2007-07-04. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2007-635814>

Monteiro, R. & Reis Oliveira, C. (2024). *Infografias da Imigração - Imigrantes em Factos: Aprender com o Caso Português*.

Nações Unidas (2023). *Nações Unidas - Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental*. [Online] Disponível em: <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/> [Acedido em 16/12/2023].

Nações Unidas (s.d.). *Migração e Refugiados*. [Online] Disponível em: <https://news.un.org/pt/focus/migrantes-e-refugiados> [Acedido em 09/01/2024].

OECD Library (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes*. [Online] Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/1d5020a6-en/index.html?itemId=/content/publication/1d5020a6-en> [Acedido em: 27/04/2024]

OECD: Better Life, I. (s.d.) *OECD: Better Life, Index*. [Online] Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/portugal-pt/> [Acedido em 25/02/2024].

Reis de Oliveira, C. (2023). *Indicadores da Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*.

Reis Oliveira, C. & Gomes, N. (2014). *Monitorizar a Integração de Migrantes em Portugal - Relatório Estatístico Decenal*. [Online] Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/paragraph/documents/19245/relatorio-estatistico-anual-2021.pdf> [Acedido em 16/05/2024]

Rodrigues, C. F. (2023). *Portugal Desigual - Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país*. [Online] Disponível em: <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/portugal-desigual-um-retrato-das-desigualdades-de-rendimentos-e-da-pobreza-no-pais> [Acedido em 21/02/2024].

Rodrigues, C. F. (s.d.). Rendimentos e Desigualdade. *A evolução recente dos rendimentos familiares e dos principais indicadores de desigualdade*. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/rendimentos-e-desigualdade>

Rodrigues, M. P., Fradique Lourenço, R. & de Almeida Vilares, H. (s.d.). *A Crise na Habitação nas Grandes Cidades*. <https://ffms.pt/pt-pt/policy-paper/crise-da-habitacao-nas-grandes-cidades-uma-analise>

SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (s.d.). *Proteção Internacional*. https://www.sef.pt/pt/Documents/Folheto_Procedimento_protecao_internacional.pdf

SIC Notícias (2023). Não há vagas nas creches e pais já equacionam despedir-se para ficar com filhos. [Online] Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2023-09-05-Nao-ha-vagas-nas-creches-e-pais-ja-equacionam-despedir-se-para-ficar-com-filhos-em-casa-acf402b8>

Valente, C. A., H. C. António, J., Correia, T. & P. da Costa, L. (2016). *Imigrantes Desempregados em Portugal e os Desafios das Políticas de Emprego*, Lisboa

Visão (2018). *Agora é (ainda mais) oficial: São as mulheres quem mais faz tarefas domésticas em Portugal*. [Online] Disponível em: <https://visao.pt/atualidade/sociedade/2018-01-15-agora-e-ainda-mais-oficial-sao-as-mulheres-quem-mais-faz-tarefas-domesticas-em-portugal/> [Acedido em: 30/05/2024]

ANEXOS



Anexo B. Decoração do Concurso de Talentos



Anexo C. Prêmios do Concurso de Talentos



Anexo D. Autorização para Recolha de Dados

Porto, janeiro de 2024

Autorização para Recolha de Dados - Centro Comunitário São Cirilo

Eu, Mariana Rozeira, representante do Centro São Cirilo, por meio deste documento, concedo autorização formal para a recolha de dados a ser realizada pelo estudante Madalena Bernardino Antunes, no âmbito do trabalho final para o Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento do ano letivo 2024/2025.

A presente autorização destina-se a permitir a recolha de dados necessária para a pesquisa, pertinentes ao seu Estudo.

Esta autorização é concedida com base na confiança de que o pesquisador conduzirá a recolha de dados de acordo com os mais altos padrões éticos e em conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis. Qualquer informação obtida durante este processo será tratada com confidencialidade e utilizada exclusivamente para os propósitos da pesquisa mencionada.

Nome da Estudante a Realizar o Estudo: Madalena Antunes

Assinatura: Madalena Antunes Data: 15/01/2024

Nome do Representante da Entidade Autorizadora: MARIANA DE VASCO ROZEIRA

Assinatura: Mariana Rozeira Data: 15/01/2024



Aprovação do Orientador Académico

Nome do Orientador: Cláudia Ramos

Assinatura: Cláudia Ramos Data: 15/01/2024